

AMBIENTE SOCIAL URBANO

Programa da Unidade Curricular

Jorge Macaísta Malheiros

NETURB – Núcleo de Estudos Urbanos
Centro de Estudos Geográficos -IGOT
Universidade de Lisboa



AMBIENTE SOCIAL URBANO

PROGRAMA DA UNIDADE CURRICULAR

NETURB – Núcleo de Estudos Urbanos
Centro de Estudos Geográficos - IGOT
Universidade de Lisboa

Jorge Macaísta Malheiros

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Ambiente Social Urbano – Programa da Unidade Curricular
AUTOR: Jorge Macaísta Malheiros
CONCEPÇÃO E DESIGN DA CAPA: Sofia Nunes
UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO: Centro de Estudos Geográficos – IGOT - UL
NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO: NETURB – Núcleo de Estudos Urbanos
EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO: Centro de Estudos Geográficos – IGOT - UL
IMPRESSÃO: David Barreira
ISBN: 972-636-160-5

ÍNDICE

1. Introdução	5
2. Contexto da unidade curricular (UC) e considerações iniciais	11
3. Objectivos da unidade curricular	25
4. Programa sintético da UC, planificação e suportes do processo de contacto com os alunos	29
5. Conteúdos programáticos: desenvolvimento e bibliografia	41
5.1. Demografia urbana: evolução populacional e constituição da rede urbana europeia; estruturas e dinâmicas demográficas internas das cidades (ponto 1 do Bloco I do Programa Sintético da UC – ver página 24)	41
5.2. Dinâmicas sociais e organização do espaço urbano (pontos 2.1, 2.2 e 2.3 do Bloco I do Programa Sintético da UC – ver página 24) ...	48
5.3. Espaços Residenciais e Espaço Público (ponto 2.3 do Bloco I do Programa Sintético da UC – ver página 24)	82
5.4. Exemplos de programas e acções de intervenção em áreas problemáticas das cidades portuguesas (Bloco II do Programa Sintético da Unidade Curricular – ver página 25)	91
6. Plano de avaliação e elementos a entregar pelos alunos	97

1. Introdução

O presente programa da disciplina de Ambiente Social Urbano corresponde a uma versão revista e actualizada da que foi preparada no âmbito do conjunto de procedimentos estabelecidos pelo Estatuto da Carreira Docente do Ensino Universitário, visando responder às exigências do concurso para professor associado, 5º grupo – Geografia, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, conforme divulgado no edital n.º 399/2004 (2ª série) do Diário da República.

Embora a progressão na carreira seja uma aspiração legítima de qualquer profissional, a elaboração deste programa, ocorrida num momento particularmente intenso da actividade de docência e investigação, acabou por se revestir de conteúdos bem mais interessantes e profundos. Efectivamente, este processo de trabalho veio permitir a realização de uma reflexão pessoal sobre as duas temáticas que, para além do trabalho quotidiano nas nossas áreas específicas de especialização, devem preocupar qualquer académico: os progressos teóricos e metodológicos da ciência que vamos fazendo e os processos de ensino a que nos dedicamos. Se as oportunidades para discutir a ciência geográfica têm acontecido amiúde, quer de modo informal em conversas com os colegas, quer de modo mais formalizado em debates promovidos pela Associação Portuguesa de Geógrafos e pela Associação de Professores de Geografia, nalguns textos esparsos apresentados nos Congressos Nacionais de Geografia e, especialmente, na leccionação da

disciplina de Epistemologia da Geografia, já a reflexão em torno dos conteúdos e, sobretudo dos métodos do ensino universitário da Geografia tem merecido, da minha parte, uma atenção mais reduzida.

É verdade que devo ao Herculano Cachinho e ao Sérgio Claudino uma aprendizagem, quase quotidiana, relativamente a perfis dos estudantes de Geografia, competências e metodologias de ensino, formas de incentivo à participação dos alunos e estratégias de avaliação de conhecimentos, que incluem princípios de elaboração dos instrumentos que as suportam. É igualmente verdade que a última reestruturação das licenciaturas proporcionou um riquíssimo debate em torno dos perfis formativos dos geógrafos e dos conteúdos disciplinares que devem estar na base dessa formação, mesmo que, posteriormente, a materialização desta discussão tenha ficado aquém do que seria legítimo supor, dados os níveis de participação e a riqueza da reflexão efectuada. Para recordar apenas algumas limitações, a formação aplicada (e geral) no domínio dos sistemas de informação geográfica continua a revelar-se deficitária, assim como a formação teórica e metodológica, tanto no domínio das formas de “fazer ciência”, como no caso específico dos modos de “fazer geografia”. A inexistência de uma disciplina (ou de módulos...) transversal de introdução ao trabalho científico acaba por se traduzir em fragilidades claras ao nível da formulação dos objectivos quotidianos de investigação e da planificação desta por parte dos alunos da licenciatura, mesmo nos anos terminais desta. Mas isto são contas de outro rosário...

“Filho do departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa”, foi aqui que adquiri as bases da minha cultura de ensino, até porque, infelizmente, a formação inicial e as oportunidades de actualização pedagógica dos docentes do ensino superior continuam a ser escassas e, sobretudo, de algum modo, desvalorizadas. Não é segredo, nem sequer de Polichinelo, o facto de a progressão na carreira universitária depender mais dos resultados (quantitativos?) da investigação, do que da avaliação das actividades docentes. Mesmo neste último domínio, não é com um programa (ou uma lição!) que se avalia, de forma plena e aprofundada, a competência pedagógica e didáctica de um docente, uma vez que se reduz a um produto (ou a um momento) uma experiência de ensino prolongada e quotidiana que

implica um contacto directo com aqueles que são a principal razão de ser do nosso trabalho numa escola: os alunos.

Eles, os alunos, são parte integrante da comunidade universitária, uma comunidade que se pretende cada vez mais aberta à sociedade e que está estruturada em torno do conhecimento (formal, estruturado, escolar) e do rigor científico, mas também da crítica construtiva e dos “saberes” (que decorrem da experiência, da prática, do livre debate de ideias). Deles, dos alunos, espera-se que assumam um papel activo no seu processo de aprendizagem, “entrelaçando o que lhe é transmitido com aquilo que eles próprios procuram” (Costa, 2001: 85¹). Num mundo em que a informação é disponibilizada de uma miríade de formas e os jovens são estimulados a participar em vários processos sociais², o papel do professor conheceu uma alteração profunda – mais do que um transmissor de conhecimentos, o docente é um facilitador da aprendizagem (Costa, 2001: 85), orientando os alunos no sentido da reflexão colectiva, do aprender a pensar (Queiró, 1995: 17³).

Perspectivando a universidade como um local de aprendizagem conjunta (mais direccionado para os estudantes, naturalmente) e de partilha de saberes, a inexistência de alunos implicaria a completa perda de sentido da instituição. Por tudo isto, falar dos alunos como “o” problema da Universidade, como já ouvi a alguns colegas, ou assumir que estes “sabem menos” do que as gerações precedentes, não tem qualquer sentido. Pode ser que os alunos actuais tenham o raciocínio matemático menos exercitado e uma menor memorização de factos do que os incluídos em vagas que anteriormente demandaram a universidade, mas possivelmente possuem um espírito crítico mais aguçado e uma maior capacidade de interligar fenómenos e processos distintos.

São estas ideias de abertura da universidade ao exterior, de valorização da participação dos alunos no processo de aprendizagem que pretendi incorporar no programa que aqui se apresenta. Não nego a influência dos princípios

¹ Costa, J. Vasconcelos (2001) – *A Universidade no seu labirinto*. Caminho, Lisboa.

² Mesmo que muitos não o façam ou escolham formas de participação fáceis, que não valorizam a intervenção crítica colectiva com o objectivo de melhorar a qualidade do ensino ou as oportunidades de formação profissional ou, de modo mais utópico, a qualidade ambiental ou as condições para o exercício de uma cidadania igualitária entre homens e mulheres.

³ Queiró, J. Filipe (1995) – *A Universidade Portuguesa – uma reflexão*. Gradiva, Lisboa.

construtivistas no ideário que está na base desse mesmo programa. Contudo, reconheço tratar-se de um “construtivismo relutante” e se me perguntassem se o programa tem uma orientação construtivista, a resposta seria, inevitavelmente, não. Para isto concorrem vários factores e, não sendo a falta de tempo o menor destes, vale a pena destacar o meu reduzido conhecimento destas teorias e a própria cultura de ensino universitário que possuo, herdeira de um quadro muito marcado pela lógica clássica da transmissão de conhecimentos, que tende a valorizar os processos expositivos. Efectivamente, não me é possível esquecer uma conversa que tive em tempos com uma colega, que mencionava a importância fundamental dos conhecimentos transmitidos numa aula específica de uma dada disciplina, para todo o processo de aprendizagem que se viria a desenvolver em anos posteriores... como se não existisse bibliografia (em bibliotecas ou nesse repositório infundável de qualidade muito variável que corresponde à internet) e se outros docentes não pudessem resolver tal lacuna ou orientar os alunos num processo de auto-resolução apoiado.

Informação (científica), participação (dos alunos no processo de aprendizagem) e aprendizagem podem ser assumidos como os três pilares de referência que estiveram presentes no processo de construção do Programa da unidade curricular de Ambiente Social Urbano. A reflexão em torno dos conteúdos programáticos e das estratégias de ensino apresentada, de modo sintético, nas páginas seguintes está, necessariamente, incompleta, mas foi realizada com prazer. Afinal, com quarenta anos de idade e cerca de vinte de paixão geográfica, torna-se cada vez mais claro que a vida vale pelo prazer e pelo entusiasmo com que fazemos as coisas. E, relativamente, a este Programa e, mesmo a todo o processo de concurso para associado, o mínimo que posso dizer é que me deu prazer participar nele e, sobretudo, reflectir sobre as questões suscitadas.

Por último, e embora se trate apenas do Programa de uma disciplina semestral, da responsabilidade exclusiva do autor, gostaria de recordar aqui algumas pessoas que, de formas diversas, contribuíram para a realização deste texto e me estimularam a participar no concurso.

O destaque inicial vai, merecidamente creio, para os meus pais que, para além da grande ajuda no aborrecido processo de “tirar cópias”, chamaram a

atenção para o “aproveitamento de oportunidades”, a que acabei por responder com um sim. Da Isabel Margarida veio outro estímulo fundamental, que surge na continuidade de uma amizade muito longa e profunda, que tem reflexos ao nível da discussão científica, desde há vários anos. Já o Francisco Vala, que me acompanhou em anos mais recentes na docência da disciplina, foi o colega e o amigo com quem partilhei muitas dúvidas sobre o conteúdo e os métodos de ensino utilizados, a ele se devendo diversas críticas e sugestões, às quais espero que esta versão actualizada face jus. Depois, depois há o Herculano e a Cristina, a Beatriz e o Pedro, a Iolanda e o Sérgio que, de modos diversos, me ensinam, quotidianamente, o valor da reflexão crítica e o prazer que se pode (e deve) retirar do trabalho, quando este corresponde ao que realmente gostamos de fazer. Por último, um palavra de apreço ao Mário Vale e à Xana Lousada, com quem discuti muitas vezes os contornos do concurso e do Programa – apesar de participarmos todos na mesma corrida por lugares escassos, a palavra “concorrente” é aqui completamente impertinente e não faz qualquer sentido... resta a outra, a palavra amig@, e essa é que devemos valorizar em todas as situações.

2. Contexto da unidade curricular (UC) e considerações iniciais

De acordo com Hamnett (1996: 7⁴), as origens da Geografia Social Contemporânea radicam em duas linhas de investigação distintas.

Em primeiro lugar, a Geografia Regional Clássica, de tradição vidaliana, preocupada com a relação entre os grupos humanos e o meio, funcionando este como uma condicionante às actividades dos primeiros. A paisagem era, portanto, um produto da interacção entre os grupos humanos e o meio, resultando a actuação específica de cada um daqueles do seu “genre de vie” particular (interpretado, de forma estrita, como os meios técnicos que asseguram a subsistência do grupo) ou, quando interpretado de modo mais elaborado, da sua civilização (que comporta uma estrutura social, valores culturais, técnicas de produção, técnicas de controlo territorial...) (Gourou, 1966: 23-25⁵). No âmbito desta corrente, o espaço rural, produto da evolução do tempo lento, dava origem às unidades de análise típicas da Geografia: as regiões geográficas, resultado do prolongado processo de ajuste “harmonioso” entre natureza e acção humana.

Embora esta escola geográfica tenha contribuído para a afirmação da designação “Geografia Humana”⁶ e possua uma fundamentação ecológica, emergindo a natureza como a base para a actividade humana, a importância da evolução das formas de organização social enquanto elemento fundamental para a compreensão das paisagens e das regiões geográficas revela o conteúdo social desta perspectiva.

A outra linha de desenvolvimento aparece associada aos sociólogos urbanos de Chicago, fundadores da escola de ecologia urbana, nos anos 20 do século passado (Hamnett, 1996: 7-8). Preocupados com o forte crescimento das grandes cidades, designadamente dos EUA, sob efeito da imigração, em finais do século XIX/inícios do século XX, estes sociólogos desenvolveram uma teoria de análise urbana que estabelecia uma analogia entre os processos associados

⁴ Hamnett, C. (1996) – “Introduction” in Hamnett, C. (ed.) – *Social Geography – A Reader*. Arnold,, Londres.

⁵ Gourou, Pierre (1966) – “Pour une géographie humaine” in *Finisterra*, vol. I, n.º1, pp.10-32, CEG, Lisboa.

⁶ O trabalho de Vidal de la Blache que, de algum modo, estabelece os princípios metodológicos e os conteúdos da Geografia Regional Clássica chama-se, precisamente, *Princípios de Geografia Humana*.

às comunidades vegetais e os processos vivenciados pelas comunidades humanas no meio urbano. Neste âmbito, conceitos como competição (entre grupos humanos com diferentes níveis económicos pelo espaço urbano e pelas melhores localizações na cidade), dominância (maior capacidade de escolha dos espaços por parte das classes mais elevadas; limitação dos grupos mais empobrecidos às áreas degradadas) e invasão-sucessão (instalação progressiva de habitantes das classes pobres em bairros próximos do centro habitados originalmente pela classe média; transição de um grupo étnico para outro num determinado bairro) afirmaram-se e fizeram escola, não só entre os sociólogos, mas também entre outros investigadores como os geógrafos. Esta tradição de análise urbana da Escola de Chicago de Park e Burgess deu origem a modelos da organização espacial interna da cidade (o modelo de anéis concêntricos de Burgess ou o modelo sectorial de Hoyt, por exemplo), que, posteriormente, diversos investigadores procuraram aplicar à situação concreta de determinadas cidades. Como refere Johnston (1986: 32-33⁷), vários geógrafos procuraram identificar e descrever os padrões da estrutura espacial interna das cidades recorrendo para tal, a partir dos anos 50, aos dados detalhados dos censos (para as subunidades ou bairros urbanos) passados pelo “moinho” da análise factorial. Em boa verdade, a ecologia factorial deu continuidade à tradição ecológica iniciada pelos sociólogos de Chicago nos anos 20.

Não obstante a existência destas linhas fundacionais da Geografia Social, pode-se afirmar que “foram as transformações sócio-políticas de finais do decénio de 60 que levaram à afirmação da temática social no âmbito da Ciência Geográfica” (Malheiros, 1994: 115⁸). No âmbito das correntes geográficas radical e marxista que se afirmaram neste período, o espaço passou a ser interpretado como um produto social, resultante, essencialmente, do processo de interacção entre capital e trabalho. A perspectiva analítica deslocou-se assim da identificação de padrões sócio-espaciais para os mecanismos políticos e económicos que estariam na base do acesso diferencial

⁷ Johnston, R.J. (1986) – “North America” in Eyles, J. (ed.) – *Social Geography in International Perspective*, pp.30-59, Croom Helm, Londres.

⁸ Malheiros, J. (1994) – “Tendências Recentes na Geografia Social: o estudo dos grupos desfavorecidos” in *Inforgo 7/8*, APG, Lisboa, pp. 115-128.

ao solo urbano que incluíam o funcionamento do mercado habitacional (associado à desigual distribuição de rendimentos, às estratégias de rendibilização do sector bancário, a o papel dos proprietários fundiários e das principais construtoras no domínio do mercado), as decisões locativas dos poderes públicos, determinando a (desigual) acessibilidade aos equipamentos, ou a enormes restrições (financeiras, burocráticas, de informação) enfrentadas pelos grupos mais pobres no acesso ao solo urbano. Nesta perspectiva, por detrás destas explicações específicas, os aspectos estruturais da economia de mercado e a necessidade de desigualdade regional a diferentes escalas (urbana, regional, mundial...) para sustentar o processo de expansão do capitalismo, estavam na base dos padrões espaciais existentes.

Do ponto de vista temático, esta perspectiva geográfica privilegiou dois domínios de análise principais: i) o estudo das desigualdades espaciais urbanas, com destaque para os conflitos no acesso ao espaço, que se materializavam em questões como a segregação, a degradação urbanística ou a criminalidade e ii) as desigualdades de desenvolvimento à escala mundial, que beneficiaram de toda uma linha de trabalho desenvolvida pelos teóricos da dependência e do desenvolvimento.

Após este período em que as temáticas sociais ganharam algum protagonismo na Geografia, o período compreendido entre a segunda metade da década de 70 e finais dos anos 80 parece ser marcado por uma redução no interesse pelas questões da justiça social (Smith, 1994: 1^o). Diversos motivos contribuíram para esta situação, com destaque para a centralidade que a produção e a estrutura de classes assumiam no quadro explicativo inspirado pelo marxismo, num período em que se tornava clara, quer a relevância de outras dimensões da injustiça social (patriarcado, racismo), quer a emergência do consumo como elemento fundamental do funcionamento da sociedade dita "pós-moderna". Adicionalmente, a crise estrutural que marcou este período, marcado por processos de reestruturação produtiva (afirmação dos serviços nas sociedades desenvolvidas, relocalização produtiva, passagem do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível) associada à afirmação do neoliberalismo e ao acentuar do desintervencionismo público (a passagem de um estado "produtivista" a um estado supostamente mais

⁹ Smith, David (1994) – *Geography and Social Justice*. Blackwell, Oxford.

regulador), contribuiu para justificar alguma proeminência dos estudos relacionados com a competitividade económica regional (e urbana) ou com os efeitos territoriais dos processos de reestruturação produtiva (Malheiros, 1994: 116).

A partir de finais dos anos 80, as condições para a reafirmação das temáticas sociais em geografia parecem ter-se restabelecido. Os trabalhos de Soja (1989)¹⁰, Harvey (1990)¹¹ e, mais tarde, Smith (1994) chamam a atenção para os novos contornos sócio-políticos da sociedade pós-moderna e para as injustiças sociais e espaciais geradas por processos como a liberalização dos mercados (e mais tarde a globalização na sua forma hegemónica) (Malheiros, 2001¹²). Em simultâneo, no contexto da ciência crítica em contexto pós-moderno, clama-se por uma nova centralidade do espaço enquanto elemento explicativo, desenvolvendo-se algumas abordagens, inicialmente avançadas em inícios dos anos 70, que o concebem, simultaneamente, como um produto social e uma força capaz de moldar as estruturas sociais (Soja, 1989: 7). Face ao tempo, valorizado pela interpretação marxista clássica como dinâmico, emancipador e dialéctico, o espaço, outrora secundarizado, afirma-se como elemento crucial, uma vez que o contexto (o país, a região, a cidade) torna específicas as expressões dos processos estruturais e globais. Como refere Soja (1989: 148), "A estrutura topológica é mutável e permutável, mas está sempre presente para envolver e incluir, para situar e consubstanciar toda a acção humana, para concretizar a construção de ambas, a história e a geografia".

Mas não foi apenas a ciência crítica (realismo ou perspectivas pós-estruturalistas e pós-modernas) dos anos 90 que contribuiu para a reafirmação das temáticas sociais na Geografia. Também as correntes humanistas, ao valorizarem as expressões territoriais das práticas culturais e, também, toda a problemática da construção das identidades territoriais e do seu significado no processo de decisão e de valorização dos lugares (espaços apropriados e representados pelos indivíduos, dotados de um significado para

¹⁰ Soja, Edward W. (1989) – *Postmodern Geographies – the reassertion of space in critical social theory*. Verso, Londres.

¹¹ Harvey, David (1990) – *The Condition of Postmodernity*. Blackwell, Oxford.

¹² Malheiros, Jorge (2001) – *Arquipélagos Migratórios – transnacionalismo e inovação*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Universidade de Lisboa (mimeo).

estes), fortaleceram aquilo que podemos designar como as dimensões sócio-culturais da Geografia Humana.

Se reestruturação teórica da Geografia favoreceu este caminho de reencontro com as temáticas sociais, é possível identificar um conjunto de processos sócio-culturais, actualmente em curso nas sociedades contemporâneas, que concorrem no mesmo sentido. Sandercock (1998)¹³, numa obra destacada por investigadores como Neil Smith ou Edward Soja, realça as migrações, o pós-colonialismo (e a emergência dos povos indígenas) e o feminismo como processos sociais fundamentais para compreender as novas dinâmicas urbanas. Trata-se, afinal, da passagem do velho quadro de interpretação baseado na estrutura de classes, para um quadro interpretativo mais complexo, que assume a cidade como diversa e intercultural, marcada por processos sociais diversos, todos igualmente importantes, que se interpenetram. As cidades funcionalmente organizadas e segregadas em grandes manchas relativamente homogêneas do ponto de vista social e étnico dão lugar a uma cidade mais complexa e fragmentada¹⁴, para a qual contribuem processos como a regeneração de antigas áreas portuário-industriais, a nobilitação das áreas centrais e da sua envolvente, a criação de condomínios fechados ou de complexos edificados multifuncionais (habitação, comércio, serviços...) localizados em espaços diversos, tanto da cidade-centro como da periferia.

Adicionalmente, os modos de flexibilização (e precarização) das relações laborais, com reflexos evidentes ao nível do emprego e do subemprego, os processos de desestruturação e recomposição familiar, a valorização do conceito de juventude num contexto de envelhecimento demográfico e alteração do papel do Estado para uma posição menos intervencionista

¹³ Sandercock, Leonie (1998) – *Towards Cosmopolis*. Wiley, Chichester.

¹⁴ Este conceito de metrópole fragmentada foi muito trabalhado por Salgueiro, que sintetiza as características destas metrópoles do seguinte modo (Salgueiro, 2000: 17): i) estrutura policêntrica; ii) desenvolvimento de complexos de grandes dimensões, com frequência de uso misto; iii) presença de “enclaves” socialmente diferenciados e dissonantes do tecido sócio-urbanístico envolvente, que reflectem situações de contiguidade sem continuidade; iv) dessolidarização relativamente ao entorno, afirmando-se as relações sociais à distância (a lógica da sociedade de arquipélago de Viard) e quebrando-se as relações de vizinhança, o que evidencia o desenvolvimento de comunidades sem propinquidade. Estas duas últimas características correspondem a processos que importa desenvolver no âmbito da investigação e do ensino em Geografia Social.

contribuem para gerar situações de pobreza e exclusão, cujo conteúdo territorial não escapa à análise dos geógrafos¹⁵.

Ao situar o estudo das questões sociais na Geografia começa a tornar-se claro que o programa de Ambiente Social Urbano que aqui se propõe surge muito mais na tradição dos Estudos Sociais do Meio Urbano do que na tradição da Geografia Regional Clássica. Contudo, como teremos oportunidade de ver, a ecologia social é uma referência distante, se quisermos um marco identitário que a disciplina incorporará, mas que está longe da perspectiva que pretendemos canalizar para os conteúdos programáticos. Para clarificar, é evidente que assumimos um posicionamento pessoal no contexto da ciência crítica contemporânea (no sentido de Habermas), sem que tal coloque em causa o rigor conceptual e metodológico da investigação, não obstante a consciência de que a prática científica não é neutra e que a leitura/interpretação da realidade externa ao sujeito implica sempre uma relação entre este e aquela, mediada por conceitos, hipóteses e metodologias socialmente (e individualmente) construídas. Posicionada a temática (social) no contexto da Ciência Geográfica e clarificada a perspectiva pela qual norteamos a nossa prática científica, importa agora desenvolver duas questões adicionais:

De que forma a Geografia Portuguesa tem incorporado o estudo das questões sociais e como é que isto se tem reflectido nos conteúdos do ensino universitário, nomeadamente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL)?

Qual o papel da cadeira proposta – que, lembramos, não é Geografia Social, mas Ambiente Social Urbano, no contexto da licenciatura em Geografia e que princípios lhe estão subjacentes?

¹⁵ Estes processos serão abordados, de forma mais substantiva, no capítulo correspondente ao desenvolvimento dos conteúdos programáticos.

Ao reflectir sobre o percurso da Geografia Portuguesa, num texto de 1983, Gaspar (1982)¹⁶ referia que “o papel da estrutura social na configuração ou produção dos espaços” estava “afastado das preocupações dos geógrafos portugueses”. Embora, como o próprio autor do texto afirma, tenha ocorrido um reganhar de interesse pela Geografia nos anos subsequentes à Revolução de Abril de 1974, tal não se reflectiu, de modo intenso, na produção de estudos na área da Geografia Social. Não obstante se identifiquem algumas excepções, com destaque para a problemática da habitação degradada, sobretudo bairros de barracas e bairros clandestinos (Gaspar, 1981¹⁷); Barata Salgueiro, 1972¹⁸), a presença de temas sociais nos trabalhos de Geografia portugueses é relativamente esparsa até inícios dos anos 80. Vários factores concorrem para explicar esta situação, com destaque para a fase tardia de afirmação de uma geografia temática face à dominância, clara, da perspectiva regional nos trabalhos dos geógrafos portugueses até ao início dos anos 70. Embora se tenha vindo a observar, progressivamente, um crescimento dos trabalhos de carácter temático, estes foram, inicialmente, marcados por uma perspectiva quantitativa ou pela adaptação de teorias marxistas, o que se traduziu numa valorização de explicações e temas próximos da economia. Note-se que mesmo temáticas que poderíamos classificar no âmbito da Geografia Social, como a habitação ou as estruturas regionais de classe, são sobretudo interpretadas através de mecanismos económicos, como os fundamentos do mercado capitalista de habitação (Salgueiro, 1983¹⁹; Patrício, 1985²⁰) ou a posição dos indivíduos na estrutura de produção (profissões e situações na profissão (Ferrão, 1982 e 1985).

¹⁶ A contradição de datas (a utilização de uma observação de 1983 num texto de 1982) é apenas aparente, uma vez que é o próprio autor que se refere, na página 217, a transformações na geografia do país, “legíveis em 1983” (Gaspar, 1982).

Gaspar, Jorge (1982) – “Portugal: uma geografia em mudança (O levantar de uma questão)” in *Finisterra*, XVII, n.º 34, CEG, Lisboa, pp. 215-221.

¹⁷ Gaspar, Jorge (1981) – “Aspectos da urbanização ilegal nos países da OCDE”, in *I Jornadas Nacionais sobre Loteamentos Clandestinos*, Câmara Municipal do Seixal.

¹⁸ Barata Salgueiro, Teresa (1972/1977) – “Bairros Clandestinos na Periferia de Lisboa” in *Finisterra*, vol.12, n.º23, pp.28-55, CEG, Lisboa.

¹⁹ Barata Salgueiro, Teresa (1983) “Mercado de habitação e estrutura urbana na área suburbana de Lisboa”, *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º69.

²⁰ Patrício, M.C. (1985) – *A Habitação em Portugal: a actuação dos agentes em distintos níveis espaciais*, dissertação de mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (*mimeo*).

Ainda que teoricamente distinta do quadro analítico que privilegiamos, foi prometedora esta produção precoce no domínio da Geografia Social, durante a primeira metade da década de 80, que se reflectiu, sobretudo na Escola de Lisboa, na publicação de algumas obras e na publicação de cinco artigos na Revista Finisterra (Malheiros, 1994: 120). Infelizmente, nos cinco anos subsequentes, fase de transformações político-económicas que estão em linha com o processo de liberalização que marcou as economias europeias neste período, parece ter ocorrido um novo adormecimento na produção de trabalhos de Geografia Social.

Toda esta trajectória se reflectiu, necessariamente, na (limitada) incorporação de temáticas sociais no âmbito dos conteúdos da licenciatura em Geografia da FLUL. Na primeira metade dos anos 80, constituíam uma parcela do Programa de Geografia Humana I, emergiam sob a forma de geografia da população (um tema clássico) na disciplina de Geografia Humana II e recuperavam a tradição da Escola Ecológica de Chicago nos conteúdos da Geografia Urbana. Apenas em finais dos anos 80, a Geografia Económica começa evoluir no sentido económico-social, passando incorporar, timidamente, a análise da estrutura de classes e da mobilidade social, associada à mobilidade residencial.

Contudo, é necessário esperar pelos anos 90 para que o leque de temáticas sociais tratadas por geógrafos conhecesse algum alargamento e aprofundamento. Por um lado, questões como habitação e as políticas públicas neste domínio justificaram o interesse de outros investigadores, como Carlos Nunes Silva em Lisboa ou Nuno Serra, em Coimbra. Por outro lado, temas como a criminalidade, em particular a criminalidade urbana, as desigualdades de género ou a exclusão e a imigração, tanto em termos de fluxos como de inserção (segregação espacial, intervenções sócio-urbanísticas em bairros degradados com sobre-representação de imigrantes, acesso aos direitos cívicos...), têm sido objecto de análise em trabalhos de Teresa Barata Salgueiro, Lucinda Fonseca, Fernanda Delgado Cravidão, Alina Esteves, Maria da Nazaré Roca, Dulce Pimentel, Jorge Malheiros ou Isabel Margarida André.

Se do ponto de vista temático, a inovação é bem visível, já em termos teóricos e conceptuais as modificações têm sido mais modestas. É verdade que a fundamentação marxista de estudos como o de João Ferrão sobre a estrutura

regional de classes foi relativamente abandonada e que o recurso exclusivo a métodos extensivos (análise de estatísticas oficiais, realização de inquéritos por amostragem...) tem cedido lugar a uma maior flexibilidade metodológica, que requer a combinação entre técnicas qualitativas (entrevistas, *focus group*...) e quantitativas, privilegiando igualmente o aprofundamento de casos-de-estudo, em detrimento da comparação, necessariamente mais superficial, de "todas" as situações, com o intuito de estabelecer tipologias e de efectuar generalizações. Ainda em termos metodológicos, foi em temáticas de âmbito social (criminalidade, preferências residenciais) que se experimentaram, de forma mais interessante, alguns dos métodos específicos da perspectiva comportamental da Geografia. Do ponto de vista teórico, a Geografia Social acompanhou as perspectivas analíticas inerentes à interpretação da sociedade pós-moderna, ao assumir que, para além da estrutura de classes, a produção (desigual) do espaço é o resultado de outros processos que têm na base desigualdades étnicas, de género ou mesmo de idade. Adicionalmente, os mecanismos explicativos passaram a incorporar a dimensão consumo, em detrimento de perspectivas que tendiam a valorizar, quase exclusivamente, a produção. O reforço do estudo dos lazeres e do usos do espaço público em tempo de não trabalho são, entre outros aspectos, um reflexo deste novo posicionamento, assim como a valorização das análises das migrações por "motivos de consumo" (estudantes, migrantes que se deslocam em busca da realização de certos actos médicos, idosos que procuram estabelecer-se em áreas climáticas mais favoráveis que criam infra-estruturas específicas para lhes prestar assistência).

Este reforço da análise de temáticas sociais por parte dos geógrafos, uma crescente preocupação em estabelecer a ponte entre investigação e políticas sociais, materializado, por exemplo, na análise ou em contributos para a elaboração de programas de intervenção social e, sobretudo, sócio-urbanística (e.g. URBAN, Reabilitação Urbana e, mais recentemente, Iniciativa bairros Críticos)²¹ traduziram-se, necessariamente, numa maior presença dos temas

²¹ Esta última iniciativa está suportada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 145/2005 e tem como objectivo requalificar e reinserir no conjunto da metrópole um pequeno número de bairros das áreas metropolitanas caracterizados por situações sócio-urbanísticas desfavoráveis. Note-se que, para além do desenvolvimento de trabalhos que se situam na ponte entre investigação e acção, se tem verificado um crescimento, ainda que ténue, do número de geógrafos a exercerem actividade em instituições ou programas

de Geografia Social nas licenciaturas de Geografia, sendo o curso (e as actuais variantes) de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa um bom exemplo deste processo.

Efectivamente, com a reestruturação curricular de 1998, a formação de base dos alunos da licenciatura passou a incluir uma disciplina semestral de Geografia Social e Cultural (herdeira da componente “social” da “velha” Geografia Humana anual) que procura destacar como determinados processos sociais (formação de comunidades, reprodução social, etnicidade e protecção social) interagem com o território. Adicionalmente, a disciplina de Geografia Urbana continua a manter uma forte componente de formação centrada nos processos de dinâmica social urbana, desde as referências da Escola de Chicago dos anos 20 até às transformações contemporâneas.

Perante este quadro, quais são os princípios da disciplina de Ambiente Social Urbano e de que modo é que esta se articula, quer com as matérias próximas que lhe estão a montante, como Geografia Urbana, Geografia Económica ou Geografia Social e Cultural, quer com matérias complementares, como as situadas no âmbito do Urbanismo, do Planeamento Regional e Urbano e das Políticas de Gestão Urbana?

Em termos sintéticos, podemos identificar os princípios básicos que norteiam a disciplina, em quatro domínios fundamentais:

- *Pensamento científico*: o privilégio é concedido às aproximações críticas, assumindo-se que a Geografia Social Urbana e o próprio Urbanismo devem, antes de mais, contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, num quadro de promoção da justiça social, dos direitos de cidadania e da diminuição das formas de exclusão – a ciência assume uma perspectiva aplicada, mas está consciente dos princípios epistemológicos, ontológicos e ideológicos que a fundamentam.

de intervenção social (Escolhas, PER, Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, Comissão para a Igualdade de Direitos, Organizações não Governamentais...).

- *Enquadramento social:* não se pretende uma disciplina fechada no curso e na universidade, mas antes uma cadeira enquadrada na nova cultura de abertura da universidade à sociedade civil – neste sentido, pretende-se que a reflexão crítica em torno de conceitos e processos seja materializada na análise – desenvolvida pelos alunos - de programas e planos de intervenção sócio-urbanística, concluídos ou em curso nas cidades portuguesas. Adicionalmente, esta abertura traduz-se numa interação entre técnicos municipais, estudantes e docentes, corporizada numa visita de estudo a espaços urbanos que são objecto de intervenções pertinentes para ilustrar os processos analisados na disciplina. Esta visita beneficia de uma forte componente explicativa fornecida pelos técnicos “de terreno”, geógrafos e não geógrafos.
- *Enquadramento disciplinar e curricular:* Em sentido lato, entende-se que o estudo do Ambiente Social Urbano requer contributos de diversas disciplinas, com destaque para a sociologia, a psicologia e a economia, não se centrando exclusivamente nos autores da geografia. Adicionalmente, tratando-se de uma disciplina que se situa-se numa área de confluência entre a Geografia, a Sociologia e o Urbanismo, perspectiva este como uma ciência social (ou melhor, um domínio de especialização nas ciências sociais) e toma como referências linhas orientadoras da Nova Carta de Atenas de 1998, do Conselho Europeu de Urbanistas. Em sentido estrito, a cadeira socorre-se dos conhecimentos transmitidos em disciplinas prévias da área da Geografia Urbana e da Geografia Económica, Social e Cultural, procurando i) estimular a reflexão crítica por parte dos alunos; ii) integrar elementos e processos aparentemente desligados e iii) estabelecer uma ligação entre os conceitos e os exemplos ilustrativos dos processos sociais em curso e as intervenções concretas no espaço urbano. Valoriza-se, pois, uma vertente aplicada que nos parece benéfica para quem percorre uma via de pré-especialização em Geografia Humana, que se centra sobretudo nas questões de natureza urbana. Note-se que uma formação mais especializada no área dos Estudos Urbanos ou mesmo do Urbanismo pressupõe a aquisição de conhecimentos complementares fundamentais

em domínios como o do Ambiente Físico Urbano e mesmo do Desenho Urbano, uma vez que a análise da materialização dos processos sociais no espaço e das próprias intervenções sócio-urbanísticas pressupõe uma leitura, não só do *software* (a componente social), mas também do *hardware* (as características físicas dos espaços construídos, a organização do espaço público, o quadro de acessibilidades...). Também o domínio dos conceitos e das técnicas específicas do urbanismo e do planeamento territorial surgem como elemento complementar aos conteúdos de Ambiente Social Urbano, uma vez que fornecem uma perspectiva mais abrangente dos modos de pensar e de intervir no território e nas cidades. Há, contudo, que traçar uma linha de continuidade desenvolvida a partir do processo de reflexão situado em torno dos princípios do planeamento urbano e, uma linha de separação, que permita posicionar a discussão concreta em torno de determinados instrumentos de intervenção sócio-urbanística (PER, URBAN, Escolhas...), no âmbito específico da disciplina de Ambiente Social Urbano.

- *Enquadramento pedagógico*: tivemos oportunidade de referir no início deste programa que, parafraseando Costa (2001: 84), entendíamos o docente do ensino superior mais como um facilitador da aprendizagem do que como um transmissor de conhecimentos. Neste sentido, pretende-se organizar a disciplina de modo a que os estudantes assumam um papel activo no processo de aprendizagem, abrindo espaços para o desenvolvimento da capacidade crítica e da imaginação criadora, não descurando, naturalmente, o desenvolvimento dos métodos de trabalho e do rigor científicos. O facto de as disciplinas situadas a montante possuírem um conteúdo informativo mais primordial e alargado, facilita a implementação de processos experimentais de tipo construtivista na cadeira de Ambiente Social Urbano, valorizando momentos de reflexão colectiva em torno das experiências associadas à visita de estudo ou os processos de investigação e análise conduzidos pelos alunos, a partir da observação e discussão de experiências de intervenção sócio-urbanística em bairros

concretos de cidades portuguesas. Mais do que acumular conhecimentos que devem ser explanados num qualquer teste de final de semestre (e rapidamente esquecidos nos anos lectivos seguintes!) pretende-se que esta disciplina contribua, de forma modesta, naturalmente, até porque a cultura de ensino que partilho é, em larga medida, marcada por processos clássicos de transmissão de conhecimentos, para pôr os alunos a pensar e, de algum modo, a desenvolver os prazeres dos sentidos (Alves, 2004: 41²²) que permitem ler, de forma mais completa as paisagens (sociais) urbanas – os “smellscape”, “soundscape” ou “eyescaapes” que dão corpo e identidade às cidades.

²² Alves, Rubem (2004) – *Gaiolas ou Asas*. Ed. Asa, Lisboa.

3. Objectivos da unidade curricular

Objectivos Gerais:

- Desenvolvimento da reflexão crítica dos alunos acerca dos processos e dinâmicas sociais presentes no espaço urbano;
- Perceber a interacção que se estabelece entre o espaço urbano e os actores sociais;
- Identificar alguns dos grandes problemas sociais do espaço urbano contemporâneo;
- Conhecer e discutir os processos de intervenção que pretendem corrigir ou mitigar os principais problemas de natureza sócio-urbanística.

Objectivos específicos:

- Compreender os processos demográficos contemporâneos (século XX) associados às metrópoles europeias e ao seu espaço interno;
- Desenvolver e aplicar conceitos básicos associados ao ambiente social urbano: gueto, segregação, pobreza, marginalidade, exclusão, fragmentação e coesão social;
- Perceber os principais processos de transformação das estruturas sociais e o modo como estes se relacionam com o espaço urbano;
- Perceber a interacção que se estabelece entre o espaço urbano e os actores sociais;
- Aplicar técnicas de análise da estrutura social interna das cidades: índices de segregação e dissimilaridade, quocientes de localização;
- Aplicar técnicas de análise dos processos de pobreza e marginalização;
- Aprofundar a análise dos processos inerentes aos espaços residenciais (habitação) e aos espaços públicos;
- Discutir as formas individuais e colectivas de apropriação do espaço urbano, com destaque para o espaço público;
- Conhecer instrumentos e processos de intervenção urbana em áreas de cidades portuguesas e europeias caracterizadas por problemas sociais complexos;

Competências a adquirir

- Desenvolver, discutir e aplicar os conceitos fundamentais da Geografia Social Urbana de modo a interpretar correctamente realidades sócio-urbanísticas;
- Seleccionar, recolher, tratar e interpretar informação que permita analisar correctamente as realidades sócio-urbanísticas e a sua dinâmica;
- Utilizar de forma correcta e pertinente as técnicas e os instrumentos de análise das problemáticas sócio-urbanísticas discutidas na unidade curricular;
- Conhecer e avaliar as grandes linhas de política sócio-urbanística e os principais planos e instrumentos que permitem a sua implementação;
- Utilizar métodos e técnicas que possibilitem a correcta comunicação de análises, interpretações e potenciais soluções.
- Desenvolver estratégias de leitura crítica e científica dos processos em curso em áreas de cidades portuguesas caracterizadas por problemas sociais complexos, através da observação directa das situações no terreno.

Delimitação do objecto – algumas notas

Este programa assenta num quadro interpretativo e conceptual construído a partir da experiência das metrópoles ocidentais, pelo que os exemplos ilustrativos utilizados correspondem às metrópoles europeias, incluindo, sempre que possível, casos portugueses.

Atendendo a que os processos em análise são, na maioria dos casos, mais evidentes e didácticos nas metrópoles, optou-se pela não inclusão das cidades médias como exemplos. Contudo, sempre que se justificar a utilização de exemplos de cidades médias ou o aprofundamento histórico de algum processo, tal será efectuado.

Finalmente, como tivemos oportunidade de mencionar, esta disciplina considera o espaço interno da cidade como um produto social, procurando transmitir conceitos essenciais para a sua interpretação e analisando processos considerados essenciais. Olha-se sobretudo para a cidade enquanto

tal e não para a rede urbana, embora reconhecendo que muitos dos processos locais são o produto de interações que se estabelecem a escalas mais amplas.

4. Programa sintético da UC, planificação e suportes do processo de contacto com os alunos

I - Processos, organização social e estruturas espaciais

1. Demografia urbana: estruturas sócio-demográficas, dinâmica natural e migratória

1.1 Migrações, diversidade das populações urbanas, inovação e poder

1.2 As dinâmicas demográficas do século XX e a constituição da rede urbana europeia contemporânea

1.3 As dinâmicas demográficas internas: movimento natural e movimento migratório

1.4 As estruturas demográficas internas: sexo e idade

2. Dinâmicas sociais e organização do espaço urbano

2.1 Formas de desigualdade social e estruturas sociais: Estrutura de classes, género e pertença étnica – uma introdução breve

2.2 Capitalismo, keynesianismo, fordismo e planeamento: Produção do espaço urbano e segregação sócio-espacial

2.2.1 - Actores e processos

2.2.2- Técnicas de medida e sua leitura: segregação e dissimilaridade

2.3 A (re)organização social interna da cidade: as dinâmicas dos últimos 30 anos

2.3.1 Processos contemporâneos

- Globalização, reestruturação económica neoliberal e os seus efeitos
- Recomposição social e a emergência de novas formas de pobreza urbana: imigração, etnicidade, guetos, espaços de exclusão e marginalidade e coesão social
- Métodos de análise – pobreza e desigualdade

2.3.2 Novas formas urbanas

- Regeneração e nobilitação
- Fracturas sociais, dessolidarização e desagregação das comunidades urbanas?
- Fragmentação social, fragmentação das cidades e desegregação
- Tendências “totalizantes”, mix funcional e policentrismo metropolitano

2.3.3 Metodologias de abordagem: uma perspectiva crítica

- Dos modelos da Escola Ecológica de Chicago à Ecologia Factorial; incorporar os processos de fragmentação na análise

2.4 Domínios de reprodução

2.4.1 Espaço residencial e habitação

- Políticas de habitação: tipologia e tendências
- Formação de preços, actores e processos

2.4.2 Espaço público: produção, gestão, funções e usos

(continua)

(continuação)

II - Exemplos de intervenção em áreas problemáticas das cidades portuguesas

1. Os princípios de política urbana e as suas modificações recentes
2. A intervenção nas áreas centrais das metrópoles portuguesas: do Programa de Reabilitação Urbana ao Pólis
3. Experiências de realojamento e de intervenção nos bairros “clandestinos”: PER, PER “famílias” e Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI)
4. Reabilitação e revitalização de periferias suburbanas: a experiência URBAN e outros Programas

Porque pressupõe o domínio de conteúdos (e.g. noções de urbanização, rede urbana, sistema urbano, estruturas demográficas, saldo migratório, regime de produção, sistema de regulação) desenvolvidos em unidades curriculares prévias (das áreas da Geografia Humana e da Geografia Urbana), a disciplina de Ambiente Social Urbano deve inserir-se numa fase relativamente avançada dos planos curriculares das licenciaturas (3º ano, no caso dos planos curriculares que seguem o modelo resultante da Reforma inspirada na Declaração de Bolonha). Em nosso entender, deve ser uma unidade curricular obrigatória em eventuais licenciaturas em Geografia e Planeamento Urbano ou Geografia e Urbanismo, assumindo carácter opcional no quadro de licenciaturas de banda mais larga em Geografia ou Geografia e Planeamento Territorial.

A planificação que se propõe aponta, portanto, para um total de 22/23 sessões de duas horas cada, de forma a perfazerem o total de 44 horas lectivas, requerido numa disciplina com estas características²³.

A disciplina está pensada para ser frequentada por turmas de cerca de 30 alunos.

²³ Alternativamente, esta unidade curricular pode ser estruturada com base em sessões semanais de 3 horas lectivas (com intervalo de 20 minutos) destinadas a todos os alunos, em que as estratégias de ensino incluem a exposição de matérias pelo docente seguida de discussão, a realização de exercícios seguida de comentário, a discussão de textos e o visionamento de slide shows e filmes sobre as temáticas do programa. Estas sessões são acompanhadas por tutorias semanais de 1 hora centradas em temas e dúvidas colocadas pelos alunos e, especialmente, nos trabalhos desenvolvidos por estes ao longo do semestre lectivo.

PLANIFICAÇÃO DAS AULAS

SEMANAS	TEMAS
<p>1ª - 2+2 horas (Aula de abertura)</p> <p>(BLOCO I; ponto1)</p>	<p>1ª aula: <i>Objectivos:</i> Introduzir os alunos no espírito e nos objectivos da unidade curricular. Dar a conhecer e justificar os elementos e os critérios de avaliação.</p> <p><i>Síntese de Conteúdos:</i> Apresentação e discussão do programa da disciplina. Apresentação da bibliografia básica, dos elementos de avaliação e do que se pretende atingir com cada um destes. Reflexão conjunta com os alunos acerca dos conteúdos e dos elementos de avaliação, que poderá levar à introdução de ajustes na proposta inicial avançada pelo docente. Constituição de grupos de trabalho de três ou quatro alunos.</p> <p><i>Bibliografia básica:</i> -----</p> <p>2ª aula: <i>Objectivos:</i> Discutir os fundamentos do processo de constituição da rede urbana europeia, tomando a evolução demográfica como ponto de partida. Trata-se, afinal, de perceber o desenvolvimento do "objecto" de análise da disciplina.</p> <p><i>Síntese de Conteúdos:</i> Evolução demográfica das metrópoles europeias: os fundamentos do século XIX e as dinâmicas da primeira metade do século XX. Mais do que a descrição das tendências de variação da população das grandes cidades, pretende-se identificar as diferenças de comportamento entre as cidades das diferentes regiões da Europa e verificar a relação entre processos económico-sociais e comportamentos demográficos.</p> <p><i>Bibliografia básica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Bairoch, P. (1985) – <i>De Jericho à Mexico: villes et economie dans l'histoire</i>. Gallimard, Paris. (capítulos 17, 18 e 19). ▪ Vandermotten, C.; e outros (1999) – "Villes d'Europe - cartographie comparative", <i>Bulletin du crédit comparative</i>, nº 207/208, Bruxelas. (principalmente páginas 7 a 15).
<p>2ª - 2+2 horas</p> <p>(BLOCO I; ponto1)</p>	<p>3ª aula: <i>Objectivos:</i> Discutir os fundamentos do processo de constituição da rede urbana europeia, tomando a evolução demográfica como ponto de partida. Perceber o contributo da imigração para as dinâmicas demográficas e sociais urbanas.</p> <p><i>Síntese de Conteúdos:</i> Evolução demográfica das metrópoles europeias: as dinâmicas da segunda metade do século XX. A importância da imigração (interna e internacional) como factor de dinâmica demográfica urbana, de diversificação étnica e cultural das metrópoles e de indutor da inovação. Modelos demográficos de evolução das cidades e das regiões europeias – White (1984) e King, Black e Fielding (1997), para o caso específico dos países da Europa do Sul.</p> <p><i>Bibliografia básica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Vandermotten, C.; e outros (1999) – "Villes d'Europe - cartographie comparative", <i>Bulletin du crédit comparative</i>, nº 207/208, Bruxelas. (principalmente páginas 7 a 15). ▪ Sá Marques, Teresa (2004) – <i>Portugal na Transição do Século: Retratos e Dinâmicas Territoriais</i>. Porto, Edições Afrontamento. (principalmente, capítulo 1-II)

<p>4ª - 2+2 horas (BLOCO I; ponto2.2)</p> <p>(BLOCO I; ponto2.2)</p>	<p>7ª aula:</p> <p><i>Objectivos:</i> Compreender o modo como as políticas do território e o planeamento urbano se ajustam às características económicas e sociais do fordismo. Perceber a relação entre segregação social e “funcional” e as políticas urbanas modernistas, no contexto do Estado-Providência.</p> <p><i>Síntese de Conteúdos:</i> Síntese das características económicas e políticas básicas do período do fordismo e do keynesianismo. Planeamento modernista: <i>zoning</i> e regulamentação da ocupação do solo urbano. Processos de transformação urbana (recomposição interna das Áreas Metropolitanas, suburbanização, migrações) na Europa do Norte e na Europa do Sul.</p> <p><i>Bibliografia básica:</i></p> <p>Malheiros, J. (2007) – “Metrópoles, Dinâmicas Urbanas e Reconfiguração Espacial” in Beja Horta, A. P. – <i>Sociologia Urbana</i>, pp. 181-217 (cap.5), Lisboa, Universidade Aberta.</p> <p>8ª aula:</p> <p><i>Objectivos:</i> Compreender a relação entre imigração e segregação sócio-espacial. Perceber as diferenças na estrutura e nos níveis de segregação das cidades da Europa do Norte e da Europa do Sul.</p> <p><i>Síntese de Conteúdos:</i> Apresentação e discussão colectiva dos textos sugeridos na sessão anterior. Orientação dos trabalhos de grupo.</p> <p><i>Bibliografia básica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sassen, S. (1996) - “New employment regimes in cities: the impact on immigrant workers”. <i>New community</i>, 22(4), pp.579-594. ▪ Malheiros, J. (1998) - “Minorias étnicas e segregação nas cidades - uma aproximação ao caso de Lisboa, no contexto da Europa Mediterrânica” in <i>Finisterra</i>, XXXIII (66), CEG, pp. 91-118.
<p>5ª - 2+2 horas (BLOCO I; ponto2.2)</p>	<p>9ª aula:</p> <p><i>Objectivos:</i> Discutir as noções de gueto (étnico), bairro étnico e zona de concentração (étnica). Construir e a interpretar índices de segregação e dissimilaridade.</p> <p><i>Síntese de Conteúdos:</i> Apresentação e discussão da noção de Gueto, contrapondo perspectivas de autores distintos (Van Amersfoort, Peach). Complementar com a referência às noções de bairro étnico e zona de concentração de Van Amersfoort. Processo de construção de índices de segregação e dissimilaridade e identificação das suas limitações (dimensão das unidades de análise, das populações em estudo e critérios de definição destas). Exercício de simulação. Interpretação de mapas com a localização espacial de grupos étnicos nos bairros de várias cidades europeias, acompanhada da leitura de tabelas com índices de segregação e dissimilaridade para os mesmo grupos nas mesmas cidades.</p>

<p>(BLOCO I; ponto2.3)</p>	<p><i>Bibliografia básica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Kempen, R. Van; Özüekren, A.S. (1998) - "Ethnic Segregation in Cities: New forms and Explanations in a Dynamic World", <i>Urban Studies</i>, nº35(10), pp.1631-1656. ▪ Malheiros, J. e Vala, F. (2004) - "A problemática da segregação residencial de base étnica – questões conceptuais e limites à operacionalização: o caso da AML" <i>Revista de Estudos Demográficos</i>, 2º Semestre de 2004, nº34, INE, Lisboa, pp. 89-110 <p>10ª aula:</p> <p><i>Objectivos:</i> Reflectir sobre o processo de globalização contemporâneo e os seus efeitos sobre a estrutura sócio-espacial das metrópoles.</p> <p><i>Síntese de Conteúdos:</i> Processos de transformação da cidade pós-industrial. Os efeitos da globalização e da reestruturação económica sobre as modificações na estrutura de emprego e no quadro das relações laborais. O desenvolvimento dos serviços no quadro da economia neo-liberal e os seus efeitos sobre a polarização social nas cidades. O acentuar das desigualdades sócio-espaciais.</p> <p><i>Bibliografia básica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Marcuse, P. e Kempen, R. (ed.) (2000) <i>Globalizing Cities: A New Spatial Order?</i> Oxford, Blackwell (principalmente capítulos 1 e 12). ▪ Malheiros, J. (2007) – "Metrópoles, Dinâmicas Urbanas e Reconfiguração Espacial" in Beja Horta, A. P. – <i>Sociologia Urbana</i>, pp. 181-217 (cap.5), Lisboa, Universidade Aberta.
<p>6ª - 2+2 horas (BLOCO I; ponto2.3)</p>	<p>11ª aula:</p> <p><i>Objectivos:</i> Reflectir sobre a emergência de formas de nova pobreza e de exclusão nas metrópoles contemporâneas e perceber os factores que estão na sua base.</p> <p><i>Síntese de Conteúdos:</i> Transformações sociais e políticas contemporâneas e o seu reflexo nas estruturas sociais. Passagem do Estado intervencionista ao Estado "regulador" e reforço do papel do mercado. As modificações nas estruturas familiares e a valorização de "outras" clivagens sociais, para além da classe: género, etnia e estrutura etária. Noções de pobreza, marginalização e exclusão. O conteúdo multidimensional da exclusão e o significado da "não participação" na sociedade.</p> <p><i>Bibliografia básica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Barata Salgueiro, Teresa (1998) - "Marginalidades e Exclusão nas Metrópoles" in Barata Salgueiro, T. (coord.) <i>Globalização e Reestruturação Urbana</i>. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Área de Investigação de Geografia Regional, D7; pp. 81-118. ▪ Bruto da Costa, Alfredo (1998) - <i>Exclusões Sociais</i>. Lisboa, Gradiva. ▪ Mingione, Enzo (1995) - "New Aspects of Marginality in Europe" in Hadjimichalis, C. e Sadler, D. <i>Europe at the Margins. New Mosaics of Inequality</i>. Chichester, Wiley, pp. 15-32.

<p>(BLOCO I; ponto2.3)</p>	<p>12ª aula: (Prolongamento da sessão anterior)</p> <p><i>Objectivos:</i> Reflectir sobre a emergência de formas de nova pobreza e de exclusão nas metrópoles contemporâneas e perceber os factores que estão na sua base.</p> <p><i>Síntese de Conteúdos:</i> Coesão social e desafios à coesão nas sociedades democráticas. Direito de cidadania (políticos, sociais e económicos, na acepção de T.H. Marshall) – cidadania formal e cidadania substantiva. Discussão de texto de Barata Salgueiro.</p> <p><i>Bibliografia básica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Barata Salgueiro, Teresa (1998) - "Marginalidades e Exclusão nas Metrópoles" in Barata Salgueiro, T. (coord.) <i>Globalização e Reestruturação Urbana</i>. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Área de Investigação de Geografia Regional, D7; pp. 81-118.
<p>7ª - 2+2 horas</p> <p>(BLOCO I; ponto2.3)</p> <p>(BLOCO I; ponto2.3)</p>	<p>13ª aula:</p> <p><i>Objectivos:</i> Conhecer, operacionalizar e interpretar vários indicadores de pobreza e desigualdade. Calcular e interpretar índices de pobreza monetária.</p> <p><i>Síntese de conteúdos:</i> Indicadores de pobreza: índice de pobreza monetária, índice de pobreza subjectiva e índice de pobreza segundo as condições de vida. Noção de linha de pobreza. Utilização e interpretação de medidas de desigualdade – <i>decile ratio</i>, <i>share ratio</i>, índices de Gini e curvas de Lorenz.</p> <p><i>Bibliografia básica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Rodrigues, Carlos Farinha (2007) – <i>Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza – Portugal nos anos 90</i>. Coimbra, Almedina. <p>Nota: É essencial completar esta bibliografia com os elementos dos exercícios desenvolvidos em aula e, também, com bibliografia relativa a medidas estatísticas de desigualdade e concentração apresentada em unidades curriculares dedicadas a estes assuntos.</p> <p>14ª aula:</p> <p><i>Objectivos:</i> Reflectir sobre os novos processos territoriais e as novas formações sócio-espaciais urbanas que estão associadas às dinâmicas sócio-económicas e políticas contemporâneas</p> <p><i>Síntese de Conteúdos:</i> Processos de regeneração de áreas urbanas e o seu conteúdo sócio-urbanístico. A nobilitação (das áreas centrais) e as tendências para uma maior disseminação da habitação social.</p> <p><i>Bibliografia básica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Marcuse, P. e Kempen, R. (ed.) (2000) <i>Globalizing Cities: A New Spatial Order?</i> Oxford, Blackwell (principalmente capítulos 1 e 12).

<p>8ª - 2+2 horas</p> <p>(BLOCO I; ponto2.3)</p>	<p>15ª aula:</p> <p><i>Objectivos:</i> Reflectir sobre os novos processos territoriais e as novas formações sócio-espaciais urbanas que estão associadas às dinâmicas sócio-económicas e políticas contemporâneas</p> <p><i>Síntese de Conteúdos:</i> Fracturas sociais, perda de propinquidade das comunidades urbanas e diminuição das solidariedades de vizinhança. Tendências “totalizantes” e mix funcional. Fragmentação social e fragmentação das metrópoles – reflexão em torno dos processos apresentados por Barata Salgueiro, com base na discussão de um texto. Breve revisão crítica dos modelos e métodos de análise da estrutura social interna das cidades.</p> <p><i>Bibliografia básica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Barata Salgueiro, Teresa (1999) – “Ainda em torno da fragmentação do espaço urbano”, in <i>INFORGEO</i>, Espaços Urbanos, nº 14, pp. 65-76. ▪ Marcuse, P. e Kempen, R. (ed.) (2000) <i>Globalizing Cities: A New Spatial Order?</i> Oxford, Blackwell (principalmente capítulos 1 e 12).
<p>(BLOCO I; ponto2.4)</p>	<p>16ª aula:</p> <p><i>Objectivos:</i> Fornecer uma breve introdução ao papel do mercado de solos e do sector habitacional na produção social do espaço urbano. Compreender as principais linhas de evolução das políticas de habitação no quadro de diferentes regimes de Estado-Providência.</p> <p><i>Síntese de Conteúdos:</i> Diferenciação entre solo agrícola, solo urbano e solo urbanizável. As especificidades do “bem” solo. O processo de formação do solo urbano e o papel dos agentes nele envolvidos. A questão da especulação e a justificação para a necessidade de mecanismos de controlo (breve reflexão em torno de medidas como a expropriação, a “nacionalização” de solos, a aplicação de taxas e os regulamentos urbanísticos. Características do sector de habitação no quadro dos regimes de Estado-providência liberal, conservador-corporativo, social-democrata e rudimentar. Tendências gerais das políticas de habitação: retracção da oferta pública, reforço da componente “venda” face à componente “arrendamento”, valorização progressiva da reabilitação e passagem dos sistemas de “ajuda à pedra” aos sistemas de “ajuda à pessoa”. Reforço da mercadorização do sector habitacional.</p> <p><i>Bibliografia básica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Arbaci, S. (2002) - “Patterns of Ethnic and Socio-spatial Segregation in European Cities: are welfare regimes making a difference?” in Fonseca, L. et al. (eds.) <i>Immigration and Place in Mediterranean Metropolises</i>, Fundação Luso-Americana, Lisboa, pp. 83-116. ▪ Balchin, P. (ed.) (1996) – <i>Housing Policy in Europe</i>. Routledge, Londres. (principalmente pgs. 1-24). ▪ IHRU (2008) – <i>Plano Estratégico de Habitação 2008-2013</i>. IHRU, Lisboa. ▪ Serra, N. (2002) - <i>Estado, Território e Estratégias de Habitação</i>. Quarteto Editora, Coimbra.

<p>(BLOCO II; pontos 2, 3 e 4)</p>	<p>22ª aula:</p> <p><i>Objectivos:</i> Concretizar, com o recurso a exemplos concretos, o tipo de problemáticas discutido na disciplina e o conteúdo dos programas que são implementados com o intuito das resolver. Estimular os alunos com o objectivo destes desenvolverem estratégias de leitura crítica dos processos de intervenção em áreas problemáticas de cidades portuguesas.</p> <p><i>Síntese de Conteúdos:</i> Resultarão das apresentações específicas de cada grupo de alunos. Reflectirão sempre elementos do programa que está a ser implementado na área em estudo e as problemáticas existentes nesta.</p> <p><i>Bibliografia básica:</i> Seleccionada por cada grupo em função do seu caso-de-estudo específico.</p> <p><i>Nota:</i> Prevêem-se cinco apresentações por sessão (15 min. + 10 min. de debate colectivo, cada).</p>
<p>12ª - 2 horas, apenas</p> <p>(Aula de encerramento – balanço final)</p>	<p>23ª aula:</p> <p><i>Objectivos:</i> Reflectir sobre os resultados da visita de estudo e debater as respostas às questões formuladas. Fornecer indicações sobre a estrutura dos testes finais de e esclarecer dúvidas colocadas pelos alunos.</p> <p><i>Síntese de Conteúdos:</i> Identificação dos elementos mais relevantes que decorrem da visita de estudo. Apresentação e discussão das respostas efectuadas pelos técnicos municipais às questões previamente preparadas. Estruturação de uma ficha-síntese com os principais resultados. Recordação dos conteúdos programáticos e apresentação da estrutura do teste de avaliação.</p> <p>Distribuição das fichas de avaliação da disciplina para serem posteriormente preenchidas pelos alunos.</p> <p><i>Bibliografia básica:</i> Não tem bibliografia específica.</p>

Para acompanhamento personalizado da elaboração dos trabalhos práticos, os alunos devem utilizar os horários semanais das sessões tutoriais, conforme explicitado anteriormente.

Está ainda prevista uma sessão pós-período lectivo destinada à correcção dos testes finais e à reflexão em torno do modo como decorreu a disciplina. Os resultados do tratamento das fichas de avaliação preenchidas e entregues pelos alunos serão apresentados e debatidos.

Por último, a disciplina inclui a realização de uma visita de estudo de um dia, a um concelho da AML. Esta visita será realizada entre a 18ª e a 20ª sessões lectivas. As justificações e os conteúdos desta visita serão apresentados no final do capítulo 5.

Para além das horas de contacto entre docente e alunos associadas às sessões lectivas semanais, às tutórias e à própria visita de estudo, a unidade curricular inclui um sistema de contacto regular não presencial. Este assenta na criação de um **espaço virtual da uc de Ambiente Social Urbano** na plataforma *moodle* ou noutro sistema disponível na internet do tipo *e-group*, que permitirá a colocação *on line* de textos, enunciados de exercícios e apresentações *power point* de apoio às actividades lectivas, para além de funcionar como uma forma de comunicação entre o docente e os discentes (que pode e deve ser complementada com a utilização do correio electrónico).

5. Conteúdos programáticos: desenvolvimento e bibliografia

O programa da unidade curricular aparece dividido em dois grandes blocos, correspondendo o primeiro a uma componente teórica, centrada na reflexão em torno dos processos sócio-espaciais, ilustrada com exemplos de situações ocorridas em várias cidades europeias e, o segundo, à vertente aplicada da disciplina, centrada nos princípios de política sócio-urbanística e nos programas que, em Portugal, possibilitam a sua materialização.

5.1. Demografia urbana: evolução populacional e constituição da rede urbana europeia; estruturas e dinâmicas demográficas internas das cidades (ponto 1 do Bloco I do Programa Sintético da UC – ver página 24)

O primeiro ponto da componente teórico-prática do Programa tem o duplo objectivo de i) situar os alunos relativamente ao processo de formação dos espaços que funcionam como objecto de referência da disciplina (as grandes cidades europeias) e ii) desenvolver e aplicar, elementos de análise demográfica, ao caso específico das realidades intra-urbanas.

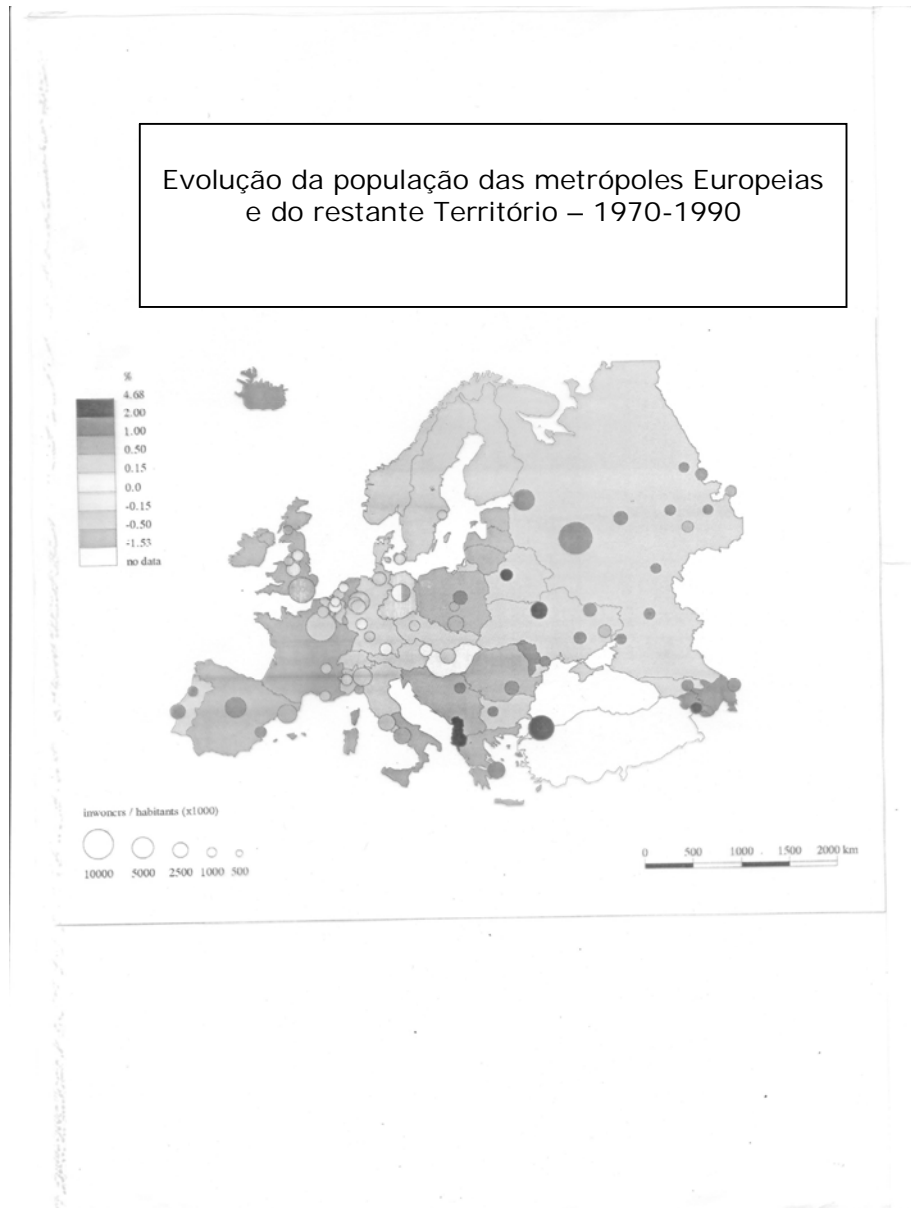
Partindo de uma breve reflexão sobre a dinâmica demográfica das cidades europeias no período moderno (séculos XVI a XVIII), procura-se estabelecer o quadro demográfico que antecipa a Revolução Industrial. O trabalho de Paul Bairoch (1985) funciona como bibliografia de referência neste domínio. Refira-se que estas questões são frequentemente tratadas em unidades curriculares de História das Cidades ou de História Urbana, mas o seu carácter optativo traduz-se, quer em descontinuidades entre os alunos que frequentam o mesmo ano lectivo (os que se inscreveram na opção e aqueles que não o fizeram), quer em descontinuidades inter-anos lectivos.

Nesta sequência, a demografia da cidade industrial, marcada pelo acelerar do ritmo de crescimento, facilitado pelo acentuar da transição demográfica e pelo reforço das migrações campo-cidade, mas contrariado por situações de sobre-mortalidade urbana em muitos países na fase inicial da Revolução industrial, é assunto explorado posteriormente.

As fases de evolução demográfica das principais cidades que compõem a rede urbana europeia, entre 1920 e a actualidade, são analisadas de modo detalhado. A análise demográfica serve de pretexto para a exploração de processos que estão na base das dinâmicas populacionais dos diferentes períodos, como as migrações internas (particularmente importantes nos anos subsequentes ao pós-2ª Guerra Mundial nos países da Europa do Sul), as migrações internacionais “de trabalho” (das periferias, sobretudo mediterrâneas, e das ex-colónias em direcção aos países desenvolvidos da Europa Central e do Norte), a suburbanização e a contra-urbanização associada aos elementos de retracção e crise urbana vividos entre o início dos anos 70 e meados da década de 80.

As diferenças nas características e na temporalidade das dinâmicas demográficas e dos processos que lhes estão na base, permitem diferenciar as situações das metrópoles dos países da Europa do Sul e da Europa do Norte. O trabalho de Vandermotten *et al.* (1999), nomeadamente o capítulo “Forces, crises et repositionnements des grandes villes dans l’Europe contemporaine”, pp. 7-15, bem como a síntese efectuada por Teresa Sá Marques (2004: 45-54) funcionam como referências de apoio ao ensino.

A leitura deste processo de evolução demográfica permite também chamar a atenção para a importância das migrações no processo de crescimento e diversificação (étnica, cultural) das populações urbanas.



Extraído de: Vandermodten, C. e outros (1999).

Como base para iniciar uma discussão em torno desta questão, recorre-se a dois modelos interpretativos específicos:

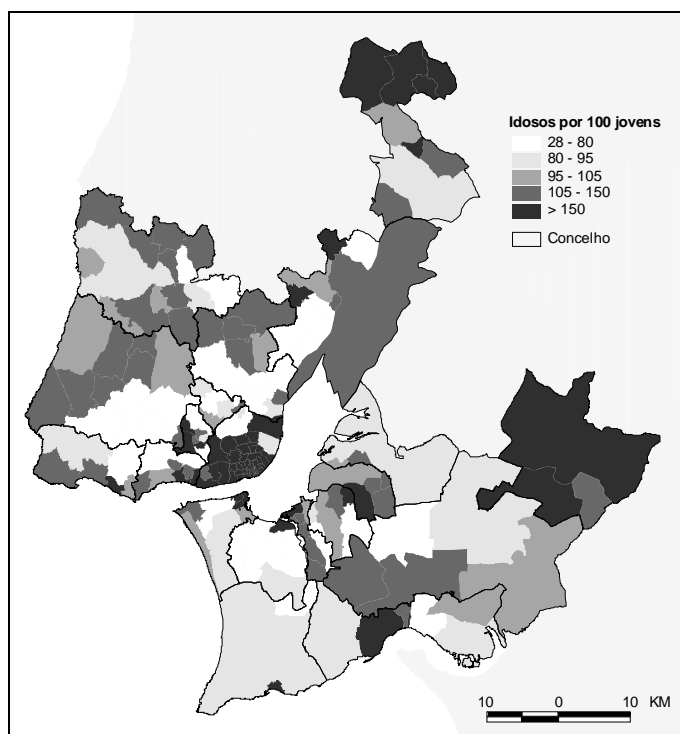
O primeiro tem um carácter sequencial e é apresentado por White (1985) que considera existirem dois processos, que combinam, de modo distinto, os contributos temporais das variações natural e migratória para a evolução demográfica das cidades europeias. Este modelo, centrado na dinâmica populacional da “cidade centro”, permite ainda reflectir sobre a suburbanização e sobre a relação entre a dinâmica populacional do centro e as ocorridas na periferia. Neste contexto, alertam-se os alunos para as limitações de um modelo centrado nas dinâmicas populacionais da cidade centro, e introduzem-se conceitos como “aglomeração urbana” e “região urbana funcional”.

O segundo, desenvolvido por King, Black e Fielding (1997) interpreta especificamente a situação migratória experimentada pelos países da Europa do Sul a partir dos anos 50 e, embora não se aplique directamente às cidades, ajuda a compreender o que se passou nestas, enquanto principais pólos de atracção destes países²⁴.

Um olhar para questões específicas das estruturas demográficas internas das cidades, completa este primeiro ponto. Inclui-se aqui, para além de uma discussão da evolução da morbilidade urbana ao longo do século XX (atenuação das causas de morte por doenças respiratórias e infecto-contagiosas – que experimentaram um incremento nalgumas cidades, no final do século XX – e aumento das situações relacionadas com doenças “de sociedade”, designadamente doenças de coração e tumores), a análise dos padrões espaciais relativos à estrutura etária e por sexos dos bairros da cidade, relacionando o envelhecimento (e a feminização dos bairros) do centro com o próprio processo de evolução das cidades. O capítulo 4 de White (1985) é entendido como a bibliografia básica de suporte a este assunto.

²⁴ Note-se que apenas no período posterior aos anos 70, algumas das grandes cidades do Norte de Itália (Turim, Génova e, me menor grau, Milão) registam variações demográficas fracas ou mesmo negativas, e inferiores às do conjunto de Itália. No caso das outras metrópoles dos países da Europa do Sul que integravam a EU-15, a sua dinâmica é, em todo o período posterior ao pós-guerra, positiva e superior (ou no mínimo equivalente) ao comportamento dos respectivos países.

Índice de Envelhecimento - freguesias da Área Metropolitana de Lisboa, 2001



Fonte: INE, Censos 2001.

Estratégias educativas

As estratégias educativas associadas a este bloco de programa incluem sessões expositivas, apoiadas em bibliografia e métodos que visam estimular a atitude pró-activa dos alunos e o raciocínio crítico. Para isto, promove-se o comentário colectivo (em aula) de mapas que traduzem a evolução demográfica das cidades europeias e a produção de cartografia que permite visualizar (para o caso das metrópoles portuguesas) os padrões internos, em termos de estrutura etária e por sexos. Os modelos mencionados acima funcionam também como um recurso educativo que permite, por um lado generalizar a leitura dos processos e, por outro, estimular a reflexão crítica, aplicando o quadro geral a casos concretos, conhecidos pelos alunos.

*Bibliografia básica de apoio*²⁵:

Bairoch, P. (1985) – *De Jericho à Mexico: villes et economie dans l´histoire*. Gallimard, Paris. (capítulos 17, 18 e 19).

Vandermotten, C.; e outros (1999) – “Villes d´Europe - cartographie comparative”, *Bulletin du crédit comparative*, nº 207/208, Bruxelas. (principalmente páginas 7 a 15).

White, Paul (1984) - *The West European City - A Social Geography*. Londres, Longman. (principalmente, capítulo III).

Marques, T. (2004) - *Portugal na transição do século. Retratos e dinâmicas territoriais*. Afrontamento. (principalmente, capítulo 1-II)

Bibliografia complementar:

King, R.; Fielding, A. Black, R. (1997) - “The International Migration Turnaround in Southern Europe”, in King, R.; Black, R. (eds.) *Southern Europe and the New Immigrations*. Sussex Academic Press, Brighton (apenas páginas 1 a 26).

Perspectivas e Conceitos-chave

- Saldos Migratórios das Metrôpoles;
- Saldos Fisiológicos das Metrôpoles;
- Dinâmicas Demográficas;
- Estruturas demográficas internas das cidades: sexo e idade;

²⁵ Os critérios de selecção da bibliografia a incluir no apoio aos diferentes tópicos de uma disciplina dependem, sempre, do modo como o docente se posiciona face a cada assunto. Na disciplina vertente, assumiu-se, em primeiro lugar, que não existe, uma obra actualizada que pudesse ser considerada um manual transversal às várias componentes do programa. Claro que se trata de uma constatação no domínio do provável, só que ainda não encontramos tal obra. Em segundo lugar, ao assumir uma perspectiva que valoriza a participação dos alunos no processo de construção da aprendizagem, optou-se por não propor a elaboração um caderno de textos de apoio seleccionados, uma vez que este constitui um elemento rígido de orientação da cadeira. Desta forma, para além do fornecimento aos alunos de alguns textos e documentos de apoio à reflexão e à discussão crítica (ver desenvolvimento dos restantes conteúdos programáticos), considera-se a construção do “arquivo documental da disciplina” como um processo aberto, que beneficia da inclusão dos elementos (artigos, documentos técnicos, regulamentos, comentários de opinião...) encontrados pelos alunos nas suas pesquisas, que devem ser disponibilizados ao colectivo da turma. Por outro lado, trata-se de um arquivo dinâmico, que tira partido de um processo de actualização constante, devendo ser alimentado regularmente.

- Evolução demográfica das grandes cidades europeias desde finais do século XIX e constituição da rede urbana europeia;
- Ciclo de evolução demográfica das cidades-centro (White, 1985);
- “Modelo de Transição Migratória” dos países da Europa do Sul pós-anos 70 (King, Fielding e Black, 1997)

Competências a adquirir

- Compreender as fases de evolução demográfica das metrópoles que compõem a rede urbana europeia ao longo do século XX, tendo em consideração as grandes linhas de diferenciação existentes;
- Explicar os motivos que estão na base da dinâmica verificada em cada um destas fases;
- Perceber as principais diferenças de comportamento entre sub-conjuntos de metrópoles europeias;
- Compreender e explicar as diferenças nas estruturas demográficas internas das cidades;
- Compreender perspectivas analíticas que explicam a evolução demográfica de cidades e subúrbios;
- Construir e interpretar instrumentos cartográficos que expressam diferentes temáticas da demografia urbana.

5.2. Dinâmicas sociais e organização do espaço urbano (pontos 2.1, 2.2 e 2.3 do Bloco I do Programa Sintético da UC – ver página 24)

Corresponde, de algum modo, ao ponto central do bloco teórico-prático da disciplina.

No seu todo, este bloco programático centra-se em torno de quatro questões principais:

Quem são os principais actores do processo de produção do espaço urbano, que funções desempenham e como se articulam?

Que dinâmicas e formas de organização social do espaço estão associadas ao processo de produção acima mencionado?

De que forma esse processo de produção do espaço urbano gera situações de pobreza e desigualdade social?

De que modo as situações de desigualdade social (de classe, de género, étnicas) se materializam no território, designadamente sob a forma de segregação sócio-espacial?

A resposta a estas questões requer a discussão dos processos recentes de complexificação e fragmentação das estruturas sócio-espaciais das metrópoles, bem como uma reflexão em torno do significado da cidade segregada, em termos étnicos e sociais.

Estabelecendo a ponte com disciplinas anteriores, designadamente na área da Geografia Urbana, estas sessões iniciam-se com uma sessão introdutória de carácter expositivo onde se apresentam os fundamentos dos sistemas sociais, isto é, das formas como estão organizados os indivíduos de uma determinada sociedade, num determinado período de tempo, chamando a atenção para aspectos como a hierarquia associada aos sistemas sociais, as relações de poder e o seu carácter dinâmico.

A estrutura de classes sociais, assumida como a forma de organização dominante no sistema social contemporâneo inerente ao modo de produção capitalista, é analisada de modo sucinto, referindo-se os princípios básicos do estabelecimento do conceito de classe em Marx, que assume uma perspectiva dialéctica assente nas relações de exploração entre duas classes - a burguesia exploradora (capitalista e detentora dos meios de produção) e o proletariado explorado (trabalhadores que “vendem” o seu trabalho, sendo uma parte deste apropriado pela burguesia sob a forma de “mais-valia”). Neste quadro, a base para a exploração da maioria da população radica na posse da propriedade e na sua concentração numa pequena parcela daquela, deduzindo-se daqui que a pertença de classe depende da posição dos indivíduos na estrutura económica (posse dos meios de produção, controlo sobre a actividade e apropriação da mais-valia - burguesia; “venda” do trabalho, sem posse - proletariado).

A noção weberiana de classe é também abordada com os alunos, sendo realçados os elementos críticos e complementares à perspectiva marxista, nomeadamente a identificação de três tipos de relações de poder fundamentais (com base na ordem económica, mas também na ordem social e na ordem político-ideológica), que contribuem para complexificar a proposta de categorização de teor dicotómico de Marx, baseada na posse da riqueza. Decorre daqui que a posição de classe dos indivíduos resulta, não só da riqueza (poder económico), mas também de outras formas de poder resultantes da posição política ou do próprio prestígio social. Este último elemento vai ser fundamental no estabelecimento do conceito de estatuto social (*status*), que remete para uma dimensão associada aos juízos de valor efectuados por terceiros, isto é ao prestígio de um determinado indivíduo na comunidade, à sua estima social, ao respeito que lhe conferem os outros membros da sociedade. A noção de classe social em Weber vai contribuir para complexificar o quadro das relações de classe, que se liberta da determinante exclusiva associada à posse da riqueza material, o que acaba, por um lado por abrir a porta para a questão da mobilidade social e, por outro, por contribuir para uma diversificação da própria tipologia das classes sociais. Refira-se que diversas categorizações de classes sociais utilizadas na actualidade, que recorrem ao critério básico marxista associado à propriedade dos meios de

produção, cruzado com critérios relativos ao exercício do poder e da autoridade (por via da instrução, da experiência...), consideram entre seis e onze classes e fracções de classe (e.g. Ferrão, 1982; Villaverde Cabral, 1998).

À introdução teórica sobre o conceito de classe social, segue-se a sua operacionalização, identificando-se e discutindo-se com os alunos sistemas de classificação (ver quadro abaixo com exemplos), variáveis que permitem identificar a posição de classe dos indivíduos (e.g. profissão, situação na profissão, nível de rendimentos, nível de instrução...) e medidas de mobilidade social. Relativamente a esta última, procede-se à distinção entre *mobilidade individual* (grupo social a que pertence um indivíduo em vários momentos da sua vida) e *mobilidade geracional*, que diz respeito às diferenças na composição social de várias gerações de indivíduos. Há ainda que separar *mobilidade estrutural* (aquela que resulta da evolução do próprio sistema social) e *mobilidade líquida ou específica*, que diz respeito ao comportamento específico do indivíduo, decorrendo da acção deste.

Esta componente lectiva implica a discussão colectiva de um texto sobre estrutura de classes com o duplo objectivo de i) demonstrar a operacionalização do conceito a partir dos seus fundamentos teóricos e das dimensões analíticas deles decorrentes e ii) evidenciar as diferenças – se possível numa perspectiva dinâmica – nas estruturas de classe das regiões portuguesas. Neste contexto, emergem como hipóteses pelo seu valor didáctico, os artigos de João Ferrão (1982) ou Villaverde Cabral (1998).

Vários tipos de categorização das classes sociais

a) 6 Categorias (um dos sistemas utilizado nos EUA)

Classe capitalista ou "alta" – detentores de mais riqueza e do poder
Classe média alta – profissionais qualificados com elevados níveis de instrução
Classe média baixa – profissionais semi-qualificados com níveis de instrução médios
Classe trabalhadora ou "operária" – trabalhadores pouco qualificados dos serviços e operários da indústria
Classe baixa (trabalhadores pobres) – trabalhadores indiferenciados pobres
"Underclass" – desempregados crónicos; sem abrigo

Inspirado em D. Gilbert (2002), em W. Thompson e J. Hickey (2004) e, ainda em J. Henslin (1996).

b) Proposta de N. Poulantzas (adaptada e utilizada por Ferrão, 1982) – 6 classes e fracções de classe

Burguesia, Pequena Burguesia Tradicional+Campeinato, Nova Pequena Burguesia I, Nova Pequena Burguesia II, Proletariado Agrícola e Industrial

(ver Ferrão, Finisterra XVII(34), 1982, pp. 223-228.

c) Podem ainda considerar-se as propostas de Olin Wright (1985), que considera 12 posições de classe, e de Goldthorpe (1993), que inclui 11 classes iniciais que podem ser sucessivamente agregadas de modo a obterem-se 7, 5 ou 3 apenas 3 classes. Estas propostas de classificação são apresentadas e discutidas em Villaverde Cabral (1998).

Na sequência das desigualdades associadas à pertença de classe, exploram-se as desigualdades que remetem para a pertença étnica e que aparecem associadas a situações de racismo e xenofobia. Para além de uma breve referência ao percurso histórico do conceito de raça, desde as correntes biologistas da segunda metade do século XIX que procuravam legitimar a superioridade do "homem branco" com base em traços fenotípicos e de "carácter", no contexto do imperialismo e do colonialismo, até ao seu relativo abandono no contexto da ciência contemporânea (por via da desadequação das classificações e dos fortes processos de miscigenação contemporâneos), chama-se a atenção para o fenómeno do racismo na actualidade. Este assenta num processo de inferiorização de um grupo de indivíduos, frequentemente partilhando a mesma pertença étnica, que é remetido para a prática de tarefas mais penosas, submetendo-se ao grupo superior. Neste contexto, são frequentes duas lógicas (Wieviorka, 1995):

- A “inigualitária”, que corresponde à discriminação (há relações mas num quadro subordinado);
- A diferencialista, que se traduz na segregação (grupos ficam separados e lógicas de relação restringem-se).

Ainda no domínio das desigualdades sociais, aborda-se a questão do patriarcado (organização social que privilegia os homens e que lhes confere mais poder) e da discriminação com base no género. Para além de se estabelecer a relação entre o patriarcado e as outras formas de desigualdade social, chama-se a atenção para a separação entre a *esfera da reprodução* (mundo doméstico) e a *esfera da produção* (o mundo do trabalho) no quadro do capitalismo, emergindo a última como componente valorizada e a primeira como componente subalternizada. Como as mulheres estão mais presentes na primeira esfera – que é desvalorizada –, a organização social capitalista gera a sua subalternização e, nesta linha, a subalternização de muitos espaços onde a presença das mulheres é mais visível. Efectivamente, em virtude da sua maior presença na esfera doméstica, as mulheres aparecem sobre-representadas nos espaço-tempos da esfera da reprodução (e.g. espaços com dominante residencial; bairros periféricos, sobretudo nos dias e horários laborais). Finalmente, as mulheres tendem a possuir uma mobilidade mais limitada (menor utilização do transporte individual; deslocações médias menos longas), o que implica limitações na sua forma de acesso ao território.

Como síntese desta sessão sobre desigualdade sociais, relações de poder e espaço urbano, chama-se a atenção para o facto de os grupos sociais e étnicos não se distribuírem ao acaso no espaço urbano. A produção do espaço urbano e o uso do espaço urbano condicionam e são condicionados pelas estruturas sociais. As dimensões social, étnica, de género - e geracional, etária - conjugam-se para produzir determinadas formas de organização espacial urbana.

Após a sessão de carácter essencialmente teórico e conceptual sobre estratificação das sociedades humanas e sistemas sociais, passa-se a uma outra etapa centrada na análise do processo de produção da cidade. Esta

inicia-se com a realização de um exercício colectivo, coordenado pelo docente, que visa proceder à identificação dos principais actores no processo de produção da cidade (proprietários fundiários, promotores imobiliários, autoridades municipais...) e quais os seus contributos, directos e indirectos, para a organização espacial desta.

Uma vez identificado o papel dos diferentes actores e partindo da existência de segregação nas metrópoles contemporâneas (identificação de áreas mais ou menos extensas caracterizadas por uma certa homogeneidade interna em termos sociais e/ou étnicos), que se acentua nos casos de áreas que têm uma má imagem no contexto da cidade e que aparecem como “zonas opacas”, na expressão feliz de Milton Santos, procura-se efectuar uma leitura diacrónica dos processos que conduziram à organização segregada da cidade capitalista.

Embora se faça referência à existência de áreas segregadas na cidade medieval ou pré-medieval (as judiarias ou mourarias, a tendência para a concentração das elites junto aos palácios reais), procuram destacar-se os processos que levam à intensificação da segregação, com o advento do capitalismo. Factores como a separação entre espaço doméstico e espaço de trabalho, a divisão social do trabalho e a própria estratificação social “em classes”, ditada pelo estatuto e pelo nível rendimentos, traduziram-se em acessos diferenciais ao espaço urbano, no contexto de metrópoles em alargamento, por força da pressão demográfica e da facilitação introduzida pelo progresso dos transportes. O funcionamento do mercado fundiário (e habitacional) acaba por dar uma expressão territorial às desigualdades sociais, uma vez que as áreas com mais qualidade física e maior prestígio só são acessíveis aos grupos com maiores níveis de solvência, sendo os mais pobres remetidos para as áreas mais degradadas, inicialmente em espaços próximos das fábricas, onde a densificação permitia aos proprietários incrementar os rendimentos. De uma forma simplificada, a segmentação da oferta de habitação vai-se ter uma expressão espacial que corresponde ao desenvolvimento de “manchas urbanas”, física e socialmente distintas. A leitura da *Questão da Habitação* de Engels, escrita em 1844, a propósito de

Manchester, é elucidativa desta situação de separação entre os espaços residenciais dos diferentes grupos que habitavam a cidade industrial.

A manutenção deste quadro de segregação residencial da cidade capitalista não se atenuou até ao advento das políticas públicas de tipo keynesiano, desenvolvidas entre o final da Segunda Guerra Mundial e os anos 70 do século XX. Não obstante as preocupações funcionais e igualitárias do urbanismo modernista que fez escola, nos países desenvolvidos, ao longo deste período, a promoção de grandes conjuntos de habitação social destinada aos mais desfavorecidos, a imposição de normas urbanísticas (dimensão dos lotes, regras sobre a densidade de edificação) que se traduzem em determinados tipos de habitação destinados ao grupo social A ou B, o próprio zonamento funcional ou a idealização do modelo de crescimento suburbano planeado destinado às classes médias, como aconteceu nos EUA, na Austrália ou em certos países da Europa do Norte, acabaram por não contrariar as tendências de segregação residencial do espaço urbano (Malheiros, 2007).

Esta segregação, social, mas também étnica devido ao processo imigratório que atingiu, em momentos diferentes, todos os países da EU-15, assume, no entanto, expressões distintas.

Na Europa do Sul, os níveis de segregação residencial em termos sociais e étnicos parecem ser menos acentuados do que nos países da Europa do Norte. Este assunto, que, no caso dos imigrantes e minorias étnicas, remete para questões como as características do mercado habitacional (oferta pública, oferta privada, oferta informal), a escala de produção de habitação, o momento de chegada das principais ondas de imigrantes, as heranças em termos de estrutura sócio-urbanística das cidades e os momentos de industrialização e de aceleração dos processos de suburbanização, justifica a leitura e o debate do conteúdo de dois textos, um de Arbaci (2002) e outro de Malheiros (2000).

Para se poder efectuar a análise das situações de segregação, a disciplina inclui a aprendizagem de instrumentos específicos, que visam medir as situações de segregação, nomeadamente índices de segregação e dissimilaridade.

QUOCIENTES DE LOCALIZAÇÃO

Expressam a relação entre o peso relativo de um grupo particular da população (e.g. jovens ou ucranianos) em cada unidade geográfica e o peso relativo do mesmo grupo no conjunto da área em estudo. Os valores de referência para os quocientes de localização são:

QL > 1 - Sobre-representação relativa do grupo na unidade geográfica

QL = 1 - O peso relativo do grupo naquela unidade geográfica reproduz o seu significado no conjunto da área em estudo.

QL < 1 - O grupo está sub-representado na unidade geográfica.

ÍNDICE DE SEGREGAÇÃO

Calcula-se segundo a seguinte fórmula:

$$SI = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^n |x_i - y_i| * 100$$

x - corresponde à relação entre um grupo de população residente numa determinada unidade de análise i e a população total do mesmo grupo residente em toda a área incluída no estudo.

y - corresponde à relação entre a população de todos os grupos na unidade de análise i (excluído o grupo x) e a população dos mesmos grupos residentes (excluído o grupo x) em toda a área em estudo.

n - Número de unidades de análise geográficas que integram a área em estudo.

Este índice de segregação varia entre 0 (distribuição perfeita - distribuição equitativa dos grupos étnicos e/ou sociais pelo território) e 100 (segregação máxima).

ÍNDICE DE DISSIMILARIDADE

O índice de dissimilaridade mede o grau de similaridade/semelhança entre as distribuições espaciais de dois grupos (sociais, étnicos...). Varia entre 0 (semelhança total) e 100 (completa oposição). Calcula-se segundo a fórmula indicada abaixo:

$$SI = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^n |x_i - z_i| * 100$$

x - corresponde à relação entre a população de um grupo de imigrantes na região i e a população global desse grupo em toda a área em estudo.

z - corresponde à relação entre a população de outro grupo de imigrantes na região i e a população global desse grupo em toda a área em estudo.

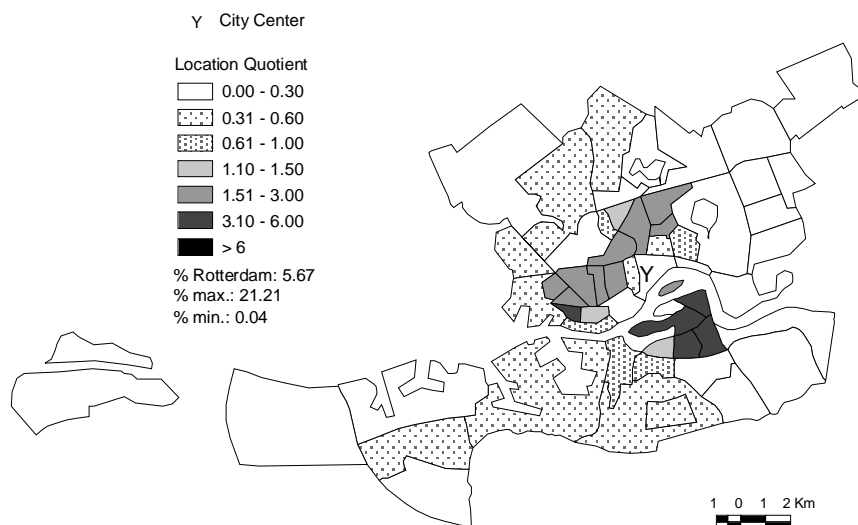
n - corresponde ao número de unidades de análise geográficas consideradas.

São transmitidos aos alunos os índices com formulações mais simples, baseados nos princípios dos índices de concentração, bem como as limitações à sua utilização, designadamente em termos da forma e dimensão das unidades geográficas de análise (MAUP - *Modifiable Area Unit Problem*), da dimensão dos grupos em estudo²⁶ e dos próprios critérios de construção desses grupos. São referidas as possibilidades de alterar e complexificar o índice de segregação, no sentido desta medida passar a incluir uma componente espacial na sua forma de cálculo, nomeadamente, considerando

²⁶ A sensibilidade estatística destes índices leva a que os índices de segregação sejam tendencialmente mais elevados quando calculados: i) para grupos populacionais menos numerosos e/ou ii) com base em unidades geográficas de menor dimensão (tendencialmente, internamente menos diversificadas).

as características topológicas e geométricas das unidades territoriais de base. Para quem deseja aprofundar os conhecimentos, é indicada bibliografia adicional²⁷.

A aprendizagem da natureza e do cálculo destas medidas, associada à sua análise e à leitura de mapas que expressam a sobre-representação dos vários grupos étnicos e sociais com base em quocientes de localização (ver figura abaixo - exemplo), permite a realização de exercícios de interpretação comparativa das situações de segregação observadas em várias metrópoles europeias.



Quocientes de localização dos indivíduos de etnia turca, em Roterdão - 1999

A discussão de conceitos sócio-geográficos específicos (ver caixa) associados à intensidade da segregação residencial de grupos étnicos é também objecto de discussão crítica, designadamente as possibilidades de operacionalização estatística existentes.

²⁷ Wong, D.W. (1997), "The spatial dependency of segregation indices", in *The Canadian Geographer*, 41(2): p. 128-136.

Wong, D.W.; Chong, (1998), "Using spatial segregation measures in GIS and Statistical modeling packages" in *Urban Geography*, 19(5), pp. 477-485.

Noções a abordar – segregação residencial de base étnica

- *Gueto* (aceção estrita): área onde a totalidade (ou a quase totalidade) da população residente pertence ao mesmo grupo étnico, verificando-se também que a grande maioria da população da cidade (ou região) que pertence a esse grupo se concentra no gueto (não está presente noutros bairros). A existência de guetos tem implícita uma dimensão institucional, que significa que a concentração do grupo étnico no gueto é o resultado de um processo não desejado e de algum modo coercivo, imposto por actores sociais externos ao grupo (proprietários urbanos, autoridades municipais e planeadores, etc).
- *Bairro étnico*, área onde um determinado grupo é maioritário, sem ser dominante e sem estar exclusivamente aí concentrado (Van Amersfoort).
- *Zona de concentração*, caracterizada pela sobre-representação de determinado grupo étnico que, no entanto, se mantém como minoritário na referida zona (Van Amersfoort).

Proposta de classificação de Peach (1996)

- *Gueto "negro" ou real*: uma área onde praticamente toda a população pertence ao mesmo grupo étnico, religioso ou racial, verificando-se também que a grande maioria da população da cidade (ou região) que pertence a esse grupo se concentra na supracitada área.
- *Gueto "irlandês" ou reputacional*: uma área onde um determinado grupo étnico ou religioso está concentrado e sobre-representado, ainda que não constitua a maioria estatística.

Para além destas perspectivas de gueto e bairro étnico, apresenta-se aos alunos uma proposta de operacionalização destes conceitos elaborada por **Johnston et al. (2001)** (seguindo a abordagem de **Philpott, 1978**). Estes autores sugerem uma divisão em dois grandes tipos de áreas residenciais: (A) **enclaves de minorias**, onde a sociedade de acolhimento é minoritária, e (B) **áreas dominadas pela comunidade de acolhimento**.

Enclaves minoritários (A), áreas residenciais onde a sociedade de acolhimento representa menos de metade da população total:

A.1) **Enclaves de associação assimilação-pluralismo** (*Associated assimilation-pluralism*) – o grupo da sociedade de acolhimento apresenta uma presença significativa (30 a 50%) e um ou mais grupos minoritários representam pelo menos 20% da população total, sendo que nenhum deles ultrapassa os 60%;

A.2) **Enclaves com mix étnico** (*mixed minority enclaves*) - partilhados por 2 ou mais grupos minoritários sem que haja polarização, e fraca presença da população da sociedade de acolhimento;

A.3) **Enclaves polarizados** (*polarised enclaves*) – com um grupo minoritário destacado, representando pelo menos cerca de 60% da população total e, portanto, sem partilhar a área com outros grupos significativos;

A.4) **Guetos**, correspondem a enclaves polarizados mas onde o grupo minoritário para além de representar pelo menos cerca de 60% da população total dessa área, representa também 30% ou mais da população total residente no contexto territorial em análise.

As áreas dominadas pela comunidade de acolhimento (B) subdividem-se em duas sub-categorias que traduzem diferentes níveis de contacto com grupos minoritários:

B.1) **Comunidades da sociedade de acolhimento não isoladas** (*non-isolated host communities*) – o grupo da sociedade de acolhimento representa 50 a 79% da população total residente na área e a presença dos grupos minoritários é bastante reduzida ou a presença dos grupos minoritários expressa-se apenas através de um grupo;

B.2) **Comunidades da sociedade de acolhimento isoladas** (*isolated host communities*) – a população do grupo da sociedade de acolhimento representa 80% ou mais da população total residente na área.

Para além destas estratégias de identificação e classificação centradas nos níveis de concentração geográfica dos vários grupos étnicos nas diferentes áreas da cidade, exploram-se duas dimensões adicionais associadas à noção de gueto: i) o isolamento sócio-espacial dos guetos e a sua transformação em “no go áreas” e ii) o seu carácter institucional, isto é, o facto de a concentração dos grupos num determinado gueto resultar das diminutas possibilidades que estes têm de se instalar e apropriar de outros espaços da cidade, designadamente de carácter residencial.

Por último, discutem-se as vantagens e desvantagens associadas à concentração espacial de grupos étnicos minoritários, com destaque para:

Vantagens

- A existência, desenvolvimento e fortalecimento de **redes sociais** de proximidade através das quais se desenvolvem laços de **entre-ajuda** (circulação de informação; apoio: financeiro, “familiar”...) e se mantém a **identidade cultural**;
- A concentração numa área facilita o desenvolvimento de organizações de defesa dos seus membros (discriminação, racismo...) e fortalece a **capacidade de reivindicação do grupo**;
- As **iniciativas empresariais de base étnica**, tornam-se mais competitivas, do ponto de vista da procura (comércio direccionado para o grupo étnico), do mercado de trabalho (lealdade dos empregados recrutados na mesma comunidade; criação de emprego) e da experiência (nomeadamente imigrantes recém-chegados que pretendem avançar com um negócio próprio).

Desvantagens

- Exclusão social relativamente à sociedade de acolhimento e a falta deste contacto implica **limitações no acesso à informação**, nomeadamente, sobre emprego, direitos de saúde, segurança, protecção social em geral...
- **Segregação no sistema de educação**: as crianças estrangeiras (ou de famílias originalmente estrangeiras) têm menores hipóteses de receber uma boa educação se residirem em áreas de concentração e, por isso, de ascensão social; menores probabilidades de falar fluentemente a língua da sociedade de acolhimento;
- Facilita a construção de uma **má imagem** e de representações negativas da área de concentração residencial por parte da sociedade de acolhimento, cuja compreensão do grupo étnico é limitada e

superficial (sustentada por estereótipos e elementos parcelares fornecidos pelos meios de comunicação).

(a partir de **Kempen e Ozuekren, 1998**)

Após esta análise dos elementos e processos “profundos” que conduziram à geração de uma cidade segregada do ponto de vista social e étnico, o segundo bloco de sessões centra-se na reflexão em torno das dinâmicas sociais e sócio-espaciais contemporâneas.

Um primeiro momento é dedicado aos **efeitos da globalização sobre as dinâmicas das metrópoles contemporâneas**. Abordam-se questões como os processos de reestruturação produtiva e relocalização de actividades, bem como os novos tipos de vínculos contratuais que conduzem à precarização das relações laborais e facilitam a emergência de novas formas de pobreza urbana (Mingione (1995),. A questão da polarização, enquanto relação “simbiótica” entre os profissionais altamente qualificados e os trabalhadores indiferenciados, no quadro da economia urbana dos serviços é também discutida, estabelecendo-se uma ponte com os fluxos migratórios internacionais contemporâneos, tanto de profissionais qualificados, como trabalhadores com níveis de instrução relativamente reduzidos. Um texto de Sassen (1996) fornece os referenciais básicos neste domínio.

Para além destas questões, são abordadas processos sociais como a diversificação das migrações internacionais para as grandes cidades e o envelhecimento das populações urbanas e processos sócio-políticos, como a desestruturação do Estado-providência e a afirmação de um estado menos intervencionista e pretensamente regulador, num contexto marcado por princípios de economia neoliberal que remetem para o sector privado muitas actividades (transportes, saúde, educação...) outrora apanágio do sector público.

Este enquadramento permite fazer a passagem para a análise das situações de nova pobreza urbana e de emergência e agravamento das situações de exclusão. Desenvolvem-se os conceitos de pobreza, exclusão e coesão social, enquadrando-os nos processos que estão na base da sua génese.

Até ao advento dos regimes de Estado-Providência na Europa Ocidental, durante o período pós-2ª Guerra Mundial, a questão social mais relevante relacionava-se com a **pobreza**, entendida enquanto escassez de recursos que permitissem a satisfação das condições mínimas de sobrevivência (ter alimentação, casa e roupa para vestir).

A emergência dos regimes de Estado-providência na Europa conduziu ao desenvolvimento de um conceito mais amplo de privação social, que incluísse um conjunto de domínios, relativamente aos quais era necessário garantir a satisfação das necessidades dos cidadãos, eventualmente com base na oferta directa do Estado, em regime absoluto, ou supletivamente à oferta privada²⁸. De uma noção inicial de pobreza absoluta, passou-se assim a uma noção de **pobreza relativa**²⁹ e a uma noção de **privação de recursos** de carácter multi-dimensional. É neste contexto que Peter Townsend³⁰ propõe o seguinte conjunto de domínios-chave para as situações de privação social:

- Instabilidade no emprego (associada ao desemprego);
- Privação financeira temporária (restrições temporalmente limitadas ao uso dos recursos financeiros);
- Privação financeira a longo prazo;
- Más condições de habitação.

Esta evolução conceptual traduz, pois, um processo de construção de um conceito cada vez mais abrangente que incorpora componentes não económicas que, contudo, interagem com estas, facilitando a emergência de situações socialmente desvantajosas.

²⁸ A propósito das diferenças entre os regimes de Estado-providência Europeus, ver o trabalho fundamental de Esping-Andersen (1990) – *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge, Polity Press.

²⁹ Segundo a definição de pobreza (relativa) utilizada pela UE, consideram-se pobres aqueles cujo nível de rendimento, após transferências sociais, não ultrapassa 60% do rendimento médio de um dado país, região ou cidade. Neste quadro, assume-se que no contexto da sociedade de consumo, estes indivíduos têm um acesso limitado a recursos nos diversos domínios.

³⁰ Townsend, P. (1979) – *Poverty in the United Kingdom*. Penguin, Harmondsworth.

Com o propósito de operacionalizar o conceito de pobreza, são explicados aos alunos vários tipos de índices de pobreza mencionados pelo EUROSTAT, designadamente:

- *Índice de Pobreza Monetária (IPM)* – Permite identificar o conjunto de pessoas e/ou famílias que vivem com um rendimento inferior a 60% da mediana do rendimento monetário líquido por adulto equivalente³¹.

- *Índice de Pobreza Subjectiva (IPS)* – Permite identificar o conjunto de pessoas que, de alguma forma, se auto-classificam como pobres a partir da percepção que têm relativamente à satisfação dos seus encargos e despesas quotidianos. Em termos mais explícitos, obtém-se a partir da aplicação de questionários em que se pergunta às pessoas como definem a capacidade do agregado para fazer face aos encargos e despesas, considerando uma escala com as seguintes hipóteses: 1. Com grande dificuldade; 2. Com dificuldade; 3. Com alguma dificuldade; 4. Com alguma facilidade; 5. Com facilidade; 6. Com grande facilidade. As situações de pobreza e de pobreza extrema aparecem associadas às duas primeiras categorias.

- *Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida (IPCV)* – Tem como base a incapacidade de um conjunto de indivíduos e famílias para adquirir um conjunto de bens e serviços por eles considerados essenciais. São incluídos no índice, apenas, os bens e serviços considerados essenciais por mais de 50% dos indivíduos. Estes bens e serviços situam-se em 3 grandes categorias:
 - condições da habitação (características e problemas observados);
 - falta de espaço, iluminação, insalubridade, etc.);
 - posse de bens de equipamento e meios de transporte;

³¹ **Rendimento líquido por adulto equivalente** = rendimento monetário líquido total do agregado / tamanho do agregado em termos de adulto equivalente. No cálculo, o 1º adulto do agregado familiar tem peso 1, os restantes adultos peso 0,5 e as crianças de idade inferior a 14 anos peso 0,3 (escala modificada da OCDE).

- capacidade de adquirir bens de consumo corrente (roupa nova, alimentação com carne ou peixe, etc.).

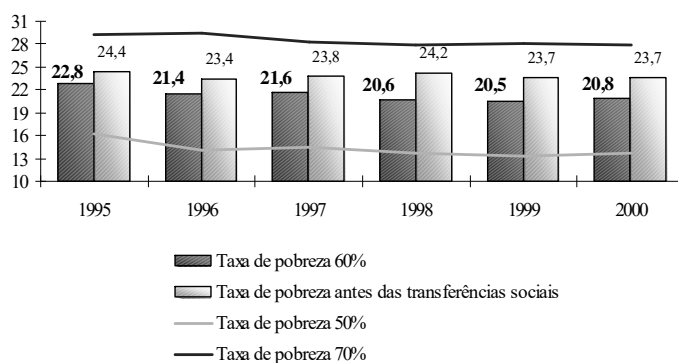
Índices de Pobreza I (pobreza subjectiva e pobreza monetária)

– exemplos de aplicação a Portugal -

Taxa de pobreza subjectiva – capacidade para fazer face às despesas e encargos mensais (Portugal 1995-2000)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Com muita dificuldade	17.3	17.5	17.6	17.8	16.7	17.3
Com Dificuldade	22.3	20.6	22.4	21.8	22.0	20.4
Com alguma Dificuldade	40.0	40.9	38.4	39.4	40.3	40.9
Com alguma Facilidade	16.3	16.5	17.4	16.5	16.5	16.9
Com facilidade	3.5	3.8	3.5	4.1	4.2	3.9
Com muita facilidade	0.6	0.7	0.7	0.4	0.3	0.7
Taxa de pobreza subjectiva	39.6	38.1	40.0	39.6	38.7	37.7

Taxa de pobreza monetária na óptica dos indivíduos (Portugal – 1995-2000)



Fonte dos dados: Painel dos Agregados Familiares da União Europeia (PAUE) – 1995 a 2000.

Tratamento da Informação e análise: Silva, Catarina (2004) – *Análise dos Índices de Pobreza e Desigualdade em Portugal no período de 1995 a 2000*. Estágio no INE (apresentação power point).

Índices de Pobreza II (Índice de Pobreza segundo as condições de vida)
 – exemplo de aplicação a Portugal, 1995 e 2000 -

<p>Características da habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cozinha separada - Banheira ou chuveiro - Retrete no interior - Água quente corrente - Aquecimento central ou termo acumulador - Varanda, terraço ou jardim <p>⇒ 1995: 26.6%</p> <p>⇒ 2000: 22.4%</p> <p>Capacidade de adquirir bens de consumo corrente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comprar roupa nova com alguma frequência - Ter uma refeição de carne ou peixe de 2 em 2 dias - Convidar amigos ou familiares para uma refeição ou bebida em sua casa, uma vez por mês <p>⇒ 1995: 24.8%</p> <p>⇒ 2000: 20.0%</p> <p>- Número de indivíduos por assoalhada</p> <p>⇒ 1995: 33.7%</p> <p>⇒ 2000: 32.9%</p> <p>Fonte: Ver quadro anterior (Índices de Pobreza I)</p>	<p>Problemas da habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pouco espaço - Rua ou vizinhos barulhentos - Casa escura - Falta de condições para aquecimento adequado - Telhado que mete água - Fundações, paredes ou chão húmidos - Caruncho nos caixilhos das janelas ou soalho - Poluição ou outros problemas ambientais / trânsito - Crime ou vandalismo na área de residência <p>⇒ 1995: 25.8%</p> <p>⇒ 2000: 24.1%</p> <p>Bens de equipamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Automóvel - TV a cores - Videogravador - Telefone <p>⇒ 1995: 30.6%</p> <p>⇒ 2000: 21.4%</p> <p>Fonte: Ver quadro anterior (Índices de Pobreza I)</p>
---	---

Índice de privação Médio – 28,3% (1995);
 Índice de privação Médio – 24,1% (2000)

Para além do aprofundamento e operacionalização do conceito de pobreza, considerado nas suas várias dimensões, são também discutidos outros conceitos essenciais associados às situações de privação e desigualdade. De resto, procura-se que os alunos percebam a diferença entre pobreza (que se refere aos indivíduos ou famílias que se encontram em situação de privação e de falta de recursos, numa das ópticas que se acabam de apresentar) e

desigualdade social, que tem como base as diferenças entre os indivíduos ou famílias que se encontram na base e no topo da estrutura social³².

De qualquer forma, a crise económica dos anos 70 e o processo de reestruturação das economias que se desenvolveu desde então tiveram importantes consequências ao nível da transformação e da diversificação das formas de privação social, o que justificou o desenvolvimento de outros conceitos. A verdade é que as situações de marginalização e exclusão social, entendidas enquanto posicionamentos marginais e desfavoráveis, tanto no domínio económico (situações de pobreza relativa e absoluta), como noutros domínios (cultural, político, etc.), se multiplicaram e passaram a assumir maior visibilidade.

A emergência do regime de acumulação flexível que, no caso português passou, em larga medida, a coexistir com o regime de acumulação fordista, implicou novas lógicas de organização da produção que remetem para unidades produtivas mais pequenas, ajustes imediatos entre oferta e procura, novos modelos de organização do trabalho, forte aposta nas novas tecnologias e uma nova relação entre indústria e serviços, com uma importante expansão destes últimos.

Todo este quadro implicou, necessariamente, uma reformulação do modo de funcionamento do mercado de emprego, com consequências importantes ao nível das exigências de qualificação da mão-de-obra (e do desajuste entre as características da oferta e as necessidades da procura), da flexibilização das relações contratuais, das dificuldades de entrada no mercado de emprego e da mobilidade profissional no interior deste. Por outro lado, o funcionamento dos mercados de emprego numa lógica cada vez mais global e não nacional contribuiu para o crescimento das minorias pobres e poucos qualificadas em sociedades como a portuguesa. Em termos gerais, pode-se afirmar que a

³² Não se desenvolve a explicitação e o cálculo das medidas de desigualdade porque estas correspondem a métodos como as curvas de concentração (de Lorenz) associadas a índices de Gini ou ao ratio entre os decis dos grupos sociais que estão no topo da estrutura de rendimentos (10 ou 20% da população com maiores rendimentos) e os decis dos grupos sociais que estão na base da mesma estrutura (10 ou 20% da população com menores rendimentos), que são desenvolvidos nas unidades curriculares de estatística. É apenas referido o princípio de cálculo das medidas e a sua natureza básica, permitindo isto a interpretação de alguns resultados.

precarização laboral aumentou, contribuindo para o incremento das situações de exclusão ou semi-exclusão.

Por outro lado, alterações no modo de regulação vieram também instabilizar processos de solidariedade social que funcionavam como formas de prevenção ou atenuação da exclusão social. A alteração no modelo da família mononuclear moderna e a relativa desestruturação da lógica das relações familiares clássicas veio alterar o tradicional papel protector da família nas sociedades do Sul, potenciando os problemas de identificação e falta de apoio, designadamente em relação aos jovens. Simultaneamente, o terceiro pilar das sociedades democráticas (o Estado) entrou numa crise profunda, aumentando a desconfiança dos cidadãos face às instituições públicas, emergindo como principal exemplo o receio de colapso dos sistemas de segurança social que correspondem a um dos suportes fundamentais dos sistemas democráticos europeus do pós-guerra. Este processo de transformação, justificou a necessidade de uma nova reconstrução conceptual, que fez emergir termos como marginalização, exclusão social e, mais recentemente, coesão social.

A **marginalização** é um conceito relativo que traduz uma situação de "*distância ou desqualificação em relação a uma norma ou padrão*"³³. A marginalidade implica, pois, uma posição de desvantagem relativamente ao conjunto mínimo de bens e serviços que configuram uma qualidade de vida aceitável ou um comportamento desviante face às normas e aos valores que conformam o padrão considerado de referência. Este padrão pode ser assumido pela maioria dos cidadãos, normalmente através da sua capacidade de, através do voto, influenciarem as estruturas de poder ou apenas por um conjunto mais reduzido e poderoso que, apoiado frequentemente em estereótipos sociais e culturais consolidados, é capaz de construir (e nalguns casos reconstruir) e de determinar um conjunto significativo de regras societais.

O conceito de marginalização é pluri-dimensional, existindo um conjunto de sistemas que funcionam como arenas relativamente às quais é possível

³³ Barata Salgueiro, T.; e outros (1997) - *Internacionalização, Reestruturação Económica e Produção de Novas Marginalidades na Região de Lisboa*, Lisboa, Relatório de Projecto, DGOTDU (não publicado).

identificar situações de marginalidade. Neste contexto, Bruto da Costa³⁴ identifica cinco domínios aglutinadores dos sistemas sociais básicos: o social, o económico, o institucional, o das referências simbólicas e o territorial.

O primeiro destes domínios - o social - tem como base os sistemas de sociabilização (desde os primários como a família, a escola e a comunidade de vizinhos até aos mais complexos, como a nação) e as possibilidades de participar e de ser reconhecido no seio destes sistemas.

O domínio económico assenta na questão do acesso aos mecanismos geradores de recursos financeiros e às possibilidades de satisfação das necessidades associadas às economias de mercado. Embora nem todos os autores o façam, incluímos aqui o acesso e a participação no mercado de emprego, uma vez que este funciona quer como forma de sociabilização dos adultos jovens, quer como principal fonte de rendimento nas economias de mercado contemporâneas.

Já o domínio jurídico-institucional incorpora, quer a capacidade de acesso e de utilização dos designados "serviços sociais básicos" (saúde, educação, justiça, assistência social), quer as possibilidades de reconhecimento e de participação nos sistemas jurídico-administrativo e político.

A dimensão cultural prende-se com a impossibilidade de dominar os instrumentos (capacidade e prática de escrita, língua inglesa, códigos de comunicação dos *media* universais...) que permitem uma participação funcional e competitiva na sociedade ocidental. Por outro lado, a progressiva mercadorização da cultura marginaliza aqueles que, por limitações financeiras e de formação, estão impedidos de aceder ao consumo dos bens que caracterizam as elites - a música erudita, os objectos de arte com elevado valor de mercado, as estreias e ante-estreias dos novos "produtos". Adicionalmente, numa sociedade em que todos os indivíduos, mas particularmente os jovens, são muito marcados pelas referências simbólicas associadas ao acto de consumir e aos bens adquiridos, a exclusão cultural também passa por estar "fora de moda", por estar *out*, face aos

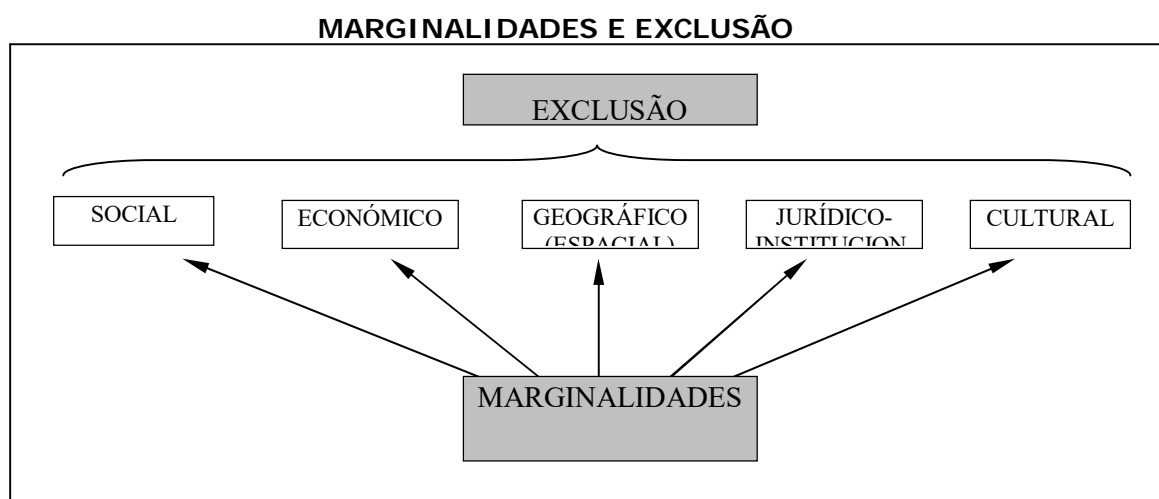
³⁴ Bruto da Costa, A. (1998) - *Exclusões Sociais*. Lisboa, Gradiva.

comportamentos e aos bens com um valor social mais elevado para o grupo a que se pertence ou deseja pertencer.

O domínio geográfico pressupõe que a marginalidade dos indivíduos está associada à sua pertença a um determinado espaço. Efectivamente, a marginalidade geográfica resulta da convergência em determinados locais de um conjunto de situações desfavoráveis - acessibilidade reduzida, espaços públicos inexistentes ou de má qualidade, habitação degradada ou precária - partilhadas por todos os indivíduos. Nestas situações, não se trata apenas de uma situação de marginalidade partilhada por determinados indivíduos ou famílias, mas por toda uma unidade geográfica que, em termos gerais, corresponde a um bairro.

Refira-se que as situações de marginalização incorporam uma dimensão subjectiva e estão associadas a um processo de auto-avaliação negativo, inerente à acumulação de sucessivas perdas: identidade, auto-confiança, auto-estima, perspectivas perante o futuro. A isto acrescentaríamos a estigmatização, que incidindo sobre determinados grupos e espaços, acentua a sua desvalorização face a si próprios e aos outros.

Na figura seguinte estão esquematizados os vários domínios de marginalização – marginalidades e a produção de exclusão pela conjugação de diversas marginalidades.



Baseado em: Barata Salgueiro *et al.* (1997) e Bruto da Costa (1998).

Neste quadro conceptual, pode associar-se a **exclusão social** a uma fase avançada do processo de marginalização, que corresponde a um acumular de situações de desvantagem e desvio face aos vários domínios mencionados acima. Ao contrário das situações de pobreza e de privação social, que traduzem situações correspondentes aos indivíduos em situações de grande desvantagem e vulnerabilidade, mas que estão integrados nas posições mais baixas e eventualmente periféricas do sistema social, o conceito de exclusão social tem implícita a ideia, não só de desvantagem, mas também de desinserção, isto é de uma posição exterior ao sistema, não sendo fácil o desenvolvimento do processo de reinserção.

Nas sociedades ocidentais, pode-se assumir que a exclusão está associada à incapacidade de ter acesso a **direitos de cidadania** (económicos, sociais e políticos, conforme foram enunciados por T.H, Marshall em 1950). A ideia de cidadania está associada à pertença a uma comunidade que confere direitos e consegue proteger os seus membros, o que significa dizer, que desde o advento do Estado-nação moderno, em finais do século XVIII, é desta entidade que estamos a falar. Por último, convém mencionar que a cidadania tem uma componente formal (que corresponde ao reconhecimento legal e institucional dos direitos) e uma componente substantiva, que se traduz no efectivo exercício dos direitos, isto é, na inexistência de obstáculos sociais (discriminação, desigualdade no acesso às instituições e aos serviços...) à sua prática efectiva.

Por último, interessa-nos ainda abordar o conceito de **coesão social**, que se foi afirmando progressivamente ao longo dos anos 90. Este foi ganhando visibilidade nas agendas políticas quer europeias, como atestam os relatórios sobre coesão publicados pela Comissão, quer de outros países, entre os quais se destacam a Austrália e o Canadá ³⁵. Em termos específicos, pode-se afirmar que a ideia de coesão, mais interrogativa relativamente à capacidade de uma sociedade gerar sentimentos de identidade e solidariedade em torno de valores comuns, foi substituindo progressivamente a de inclusão (em sentido

³⁵ Jenson, J. (1998) - *Les contours de la cohésion sociale: l'état de la recherche au Canada*. RCRPP n° F-03, Ontario.

estrito), mais centrada nas possibilidades de um indivíduo encontrar o seu lugar na sociedade (eventualmente através de políticas sociais ou sócio-espaciais dirigidas) e se conformar às normas vigentes.

Se bem que não exista uma definição universal de coesão social, toma-se como referência de partida, nesta disciplina, a adoptada pelo grupo de estudos do Commissariado Geral do Plano de França:

Coesão Social corresponde ao "conjunto de processos sociais que contribuem para que (todos) os indivíduos tenham o sentimento de pertencer a uma comunidade e que sejam reconhecidos como membros dessa comunidade".

Grupo de Estudos du Commissariat Général du Plan, 1997 (Governo Francês)

A partir desta definição, é importante proceder à discussão de três ideias-chave:

- i) Trata-se de um processo (dinâmica) – uma construção permanente que está associada ao desejo e à capacidade de cooperação entre indivíduos e instituições. A coesão é desafiada permanente pelas desigualdades económicas e sociais, pelas limitações no acesso às instituições e às formas de participação política, pela discriminação com base no género ou na pertença étnica...
- ii) Implica a pertença (a um grupo) – marcado pela igualdade de oportunidades (tratando-se de economias de mercado é fundamental que esta exista ao nível económico, nomeadamente no que diz respeito ao mercado de trabalho e à distribuição equitativa dos benefícios produzidos por via dos acréscimos de competitividade), pela não discriminação.
- iii) Requer reconhecimento/reciprocidade – Respeito pelo outro, aceitação da diferença, numa lógica de reciprocidade.

A coesão é ameaçada permanentemente, existindo um conjunto de factores que geram défices de solidariedade no contexto dos grupos que levam muitos indivíduos a sentir-se fora da comunidade. No fundo, as deficiências e debilidades ao nível da cidadania em diferentes domínios implicam que os indivíduos mais vulneráveis se situem em posições marginais que, na sua globalidade, configuram situações de exclusão.

Toda esta discussão de conceitos e processos de transformação económico-social que se relacionam com a emergência de novas formas de pobreza e exclusão vai desembocar numa leitura dos processos sócio-espaciais contemporâneos e nas novas formas urbanas que lhes estão associadas.

A questão da **fragmentação social**, interpretada como uma consequência do incremento das desigualdades no mundo urbano e das ameaças à coesão social e da fragmentação espacial, no sentido dado por Barata Salgueiro, como tivemos oportunidade de ver no 2º capítulo deste texto, são os dois primeiros processos discutidos. A questão da **fragmentação das metrópoles** suscita um interessante debate com os alunos, em torno da transição ou complementaridade entre o padrão de cidade segregada e as tendências para o desenvolvimento e consolidação de uma metrópole mais marcada por descontinuidades sociais ao nível micro. De resto, a eventual geração de uma metrópole caracterizada por uma maior mistura nas formas espaciais e nas características sócio-espaciais (e.g. dispersão da habitação social, aparecimento de condomínios de luxo em bairros populares, coexistência entre edifícios reabilitados e nobilitados e edifícios degradados e ocupados por população de baixos recursos em áreas históricas) abre a porta para a discussão do significado da redução dos níveis de segregação social e étnica que parecem estar a ocorrer em muitas cidades europeias.

Uma outra questão diz respeito às referências aos processos de **nobilitação**, que correspondem à instalação de grupos sociais abastados em habitação nova ou reabilitada situada em áreas antigas onde reside, predominantemente, população de grupos sociais menos favorecidos (Barata Salgueiro, 2001: 210)³⁶ e **regeneração**, que descreve grandes intervenções urbanas de carácter multi-funcional, com um horizonte de projecto de médio

³⁶ Barata Salgueiro (2001) – *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Celta.

prazo e marcadas por uma visão estratégica que pretende reforçar a dinâmica e alterar a imagem e as funções de um dado espaço (Silva, 2000)³⁷. De acordo com o mesmo autor, estas intervenções de regeneração implicam a participação dos cidadãos em todas as fases do processo, o que se traduz na implementação de princípios de governância, como veremos na II parte do Programa.

A abordagem das **fracturas sociais e dos processos de des-solidarização** estabelecem a ponte entre os factores que colocam em risco a coesão social e a sua expressão em termos de desequilíbrios territoriais no interior das metrópoles. Discute-se a questão da perda de **propinquidade das comunidades** urbanas e o desenvolvimento de quadros de relacionamento fragmentados, que enfraquecem as noções clássicas de vizinhança.

A ideia de "**totalização**", desenvolvida por autores como Marcuse e Kempen (2000), remete para a implementação de projectos urbanísticos caracterizados por um *mix* funcional, que conjugam actividades económicas e residenciais e que tendem a localizar-se em vários locais das áreas metropolitanas. O aparecimento destes complexos associado a processos como a localização periférica de hipermercados, centros de vendas *outlet* e parques tecnológicos e de serviços, contribui quer para a emergência de novas centralidades, quer para aproximar a oferta de comércio e serviços de certos bairros periféricos, favorecendo a imagem da totalização (proximidade entre espaços residenciais, espaços comerciais e de serviços e, nalguns casos, pólos de emprego).

Todos estes processos se materializam no espaço urbano, sendo abordadas as formas territoriais "novas" ou aquelas que consubstanciam problemáticas sócio-espaciais claras. Para além da visita de estudo que apresentaremos adiante, a interpretação de fotos da AML (ver exemplos abaixo) que ilustram as situações atrás descritas suporta um debate didáctico com os alunos.

³⁷ Silva, Carlos (2000) – "O Programa Polis – Um instrumento de regeneração urbana" in *Cadernos Municipais – Revista de Acção Regional e Local*, XIV (73): 38-46.



Cova da Moura (Amadora, 1999) – Exemplo de Bairro Étnico - Suburbanização "espontânea", com condições habitacionais e urbanística deficientes.



Lumiar (Lisboa) – Condomínios fechados na antiga área do Paço do Lumiar. Exemplos de fragmentação – “contiguidades sem continuidade”.



Chelas (Lisboa) – Processos de realojamento e formação de guetos de pobres.



Telheiras (Lisboa) – Disseminação de edifícios de realojamento pelo meio do tecido urbano ocupado por habitação de promoção privada destinada às classes médias. Novas tendências e contributo para a fragmentação.

Depois de discutidas as dinâmicas contemporâneas de transformação sócio-urbanística, os alunos estão em condições de efectuar uma apreciação crítica dos modelos tradicionais de descrição da estrutura social interna das cidades (modelos de Burgess e Hoyt, sobretudo, mas também o quadro analítico estabelecido pela Ecologia Factorial), que foram apreendidos, previamente, noutras disciplinas. Com base na leitura destes modelos (e nas limitações da sua aplicação à leitura das metrópoles contemporâneas), é possível comparar a forma como processos sócio-económicos ocorridos em momentos distintos se traduziram em estruturas sócio-espaciais também dissimilares.

Estratégias Educativas

Porque se ocupa das causas dos processos sócio-espaciais e da sua expressão em termos de segregação espacial e de privação e desigualdade social, este capítulo de programa é central na organização da unidade curricular uma vez que fornece os conceitos-chave e as explicações essenciais, possibilitando o seu debate crítico. Adicionalmente, inclui ainda uma componente aplicada, vocacionada para a construção e interpretação de indicadores estatísticos e cartográficos dos resultados dos processos mencionados.

Tendo em consideração estes elementos, trata-se de um bloco programático que requer a utilização de diversos recursos pedagógicos.

Por um lado, tem lugar um conjunto de aulas expositivas que transmitem o travejamento conceptual e explicitam os processos em curso, tanto os "profundos", como os contemporâneos.

Propõe-se a discussão de um texto sobre a operacionalização do conceito de classe social, a escolher entre o trabalho de Ferrão (1982) e o de Villaverde Cabral (1998), e de um outro texto sobre dinâmicas urbanas contemporâneas e segregação sócio-étnica nas metrópoles europeias (a escolher entre Malheiros, 1998 e Arbaci, 2002). Adicionalmente, requer-se a discussão de um texto adicional sobre marginalidade e exclusão nas metrópoles (Barata Salgueiro, 1998). A leitura destes textos será efectuada em casa, lançando o docente algumas questões a que os alunos devem dar resposta através da leitura. Estas respostas funcionarão como pontos de partida para o debate, em

sala, destes três textos, com os quais se pretende estimular a reflexão crítica dos alunos em torno de questões como segregação vs. fragmentação, segregação na Europa do Sul vs. segregação na Europa do Norte ou marginalização e exclusão.

Efectuar-se-ão ainda exercícios de elaboração e interpretação de índices de segregação e dissimilaridade para grupos sociais e étnicos em cidades europeias, bem como o cálculo e a análise de índices de pobreza monetária, equacionando-os à luz dos conceitos discutidos.

Exemplo de enunciado para cálculo do Índice de Pobreza Monetária

Condições/ dados do problema

- **Rendimento líquido por adulto equivalente** = rendimento monetário líquido total do agregado / tamanho do agregado em termos de adulto equivalente;

- Pesos dos adultos e crianças

Escala modificada da OCED": 1º adulto – peso 1
restantes adultos – peso 0,5
crianças (idade inferior a 14 anos) – peso 0,3

- **Linha de Pobreza**: corresponde a 60% da mediana do rendimento líquido por adulto equivalente (também pode ser utilizada a média)

Considere a seguinte distribuição do rendimento por agregado familiar.

Agregado	1º Adulto	2º Adulto	Crianças	Nº total de indivíduos	Rendimento líquido total do agregado	Rendimento líquido por adulto equivalente
1	1	1	1	3	300	
2	1			1	100	
3	1	1		2	200	
4	1	2		3	300	
5	1		1	2	300	
6	1			1	50	
7	1		1	2	60	
8	1	1		2	150	
9	1			1	40	
10	1	1	3	5	200	

22

- Calcule a linha de pobreza.
- Determine a taxa de pobreza na óptica dos indivíduos.
- Calcule a taxa de pobreza na óptica dos agregados familiares.

Exemplo de exercício – Cálculo e interpretação de índices de segregação e dissimilaridade

Unidade 1 População Total: 200 GRUPO A: 20 GRUPO B: 0	Unidade 2 População Total: 50 GRUPO A: 5 GRUPO B: 20
Unidade 3 População Total: 100 GRUPO A: 30 GRUPO B: 10	Unidade 4 População Total: 200 GRUPO A: 10 GRUPO B: 50

a) Calcule os quocientes de localização dos Grupos A e B.

b) Calcule o Índice de Segregação do Grupo B.

c) Calcule o Índice de Dissimilaridade entre o Grupo A e o Grupo B.

d) O índice de segregação do Grupo A é de 34%. Comente a totalidade dos resultados anteriores.

População Total na área de estudo: 550
 População do Grupo A na área de estudo: 65
 População do Grupo B na área de estudo: 80

% de população do Grupo A na área de estudo: 11,8
 % de população do Grupo B na área de estudo: 14,5

Alínea a) $QL_{rj} = \frac{X_{rj}}{X_r} / \frac{X_{pj}}{X_p} \quad (0 \leq QL_{rj} \leq \infty)$

	% população		Quociente de localização	
	Grupo A	Grupo B	Grupo A	Grupo B
Unidade 1	10,0	0,0	0,8	0,0
Unidade 2	10,0	40,0	0,8	2,8
Unidade 3	30,0	10,0	2,5	0,7
Unidade 4	5,0	25,0	0,4	1,7

Alínea b) $IS = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^n |x_i - y_i| * 100$

	Grupo B	Resto da população	X	Y	Diferenças	Abs (X-Y)
Unidade 1	0	200	0,00	0,43	-0,43	0,43
Unidade 2	20	30	0,25	0,06	0,19	0,19
Unidade 3	10	90	0,13	0,19	-0,07	0,07
Unidade 4	50	150	0,63	0,32	0,31	0,31
Total	80	470	1,00	1,00	0,00	0,98

IS = 0,98*0,5 IS= 0,49 OU 49 %

Alínea c) $ID = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^n |x_i - z_i| * 100$

	Grupo A	Grupo B	X	Z	Diferenças	Abs (X-Y)
Unidade 1	20	0	0,31	0,00	0,31	0,31
Unidade 2	5	20	0,08	0,25	-0,17	0,17
Unidade 3	30	10	0,46	0,13	0,34	0,34
Unidade 4	10	50	0,15	0,63	-0,47	0,47
Total	65	80	1,00	1,00		1,29

IS = 1,29*0,5 IS= 0,64 OU 64 %

Bibliografia básica de apoio:

ALMEIDA, J. Ferreira (1994) – Introdução à Sociologia. Lisboa, Universidade Aberta. (capítulos 3.1 e 3.2).

ARBACI, S. (2002) - "Patterns of Ethnic and Socio-spatial Segregation in European Cities: are welfare regimes making a difference?" in Fonseca, L. *et al.* (eds.) *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Fundação Luso-Americana, Lisboa, pp. 83-116.

BARATA SALGUEIRO, Teresa (1998) - "Marginalidades e Exclusão nas Metrôpoles" in Barata Salgueiro, T. (coord.) *Globalização e Reestruturação Urbana*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Área de Investigação de Geografia Regional, D7; pp. 81-118.

BRUTO da COSTA, Alfredo (1998) - *Exclusões Sociais*. Lisboa, Gradiva.

FERRÃO, J. (1982) – "Evolução e estrutura regional das classes sociais em Portugal (1960-1970)", *Finisterra*, vol.XVII, nº34, pp.223-265.

JOHNSTON, R.; FORREST, J. e POULSEN, M. (2001) – "Are there ethnic enclaves/ghettos in English cities?" in *Urban Studies*, 39(4), pp.591-618.

KEMPEN, R. Van; ÖZUEKREN, A.S. (1998) - "Ethnic Segregation in Cities: New forms and Explanations in a Dynamic World", *Urban Studies*, nº35(10), pp.1631-1656.

MALHEIROS, J. (1998) - "Minorias étnicas e segregação nas cidades - uma aproximação ao caso de Lisboa, no contexto da Europa Mediterrânica" in *Finisterra*, XXXIII (66), CEG, pp. 91-118.

MALHEIROS, J. (2007) – "Metrôpoles, Dinâmicas Urbanas e Reconfiguração Espacial" in BEJA HORTA, A. P. – *Sociologia Urbana*, pp. 181-217 (cap.5), Lisboa, Universidade Aberta.

MALHEIROS, J. e VALA, F. (2004) - "A problemática da segregação residencial de base étnica – questões conceptuais e limites à operacionalização: o caso da AML" *Revista de Estudos Demográficos*, 2º Semestre de 2004, nº34, INE, Lisboa, pp. 89-110.

MARCUSE, P. E KEMPEN, R. (ed.) (2000) *Globalizing Cities: A New Spatial Order?* Oxford, Blackwell (principalmente capítulos 1 e 12).

MINGIONE, Enzo (1995) - "New Aspects of Marginality in Europe" in Hadjimichalis, C. e Sadler, D. *Europe at the Margins. New Mosaics of Inequality*. Chichester, Wiley, pp. 15-32.

RODRIGUES, Carlos Farinha (2007) – *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza – Portugal nos anos 90*. Coimbra, Almedina.

SASSEN, S. (1996) - "New employment regimes in cities: the impact on immigrant workers". *New community*, 22(4), pp.579-594.

WIEVIORKA, Michel (1995) – *Racismo e Modernidade*. Lisboa, Bertrand. (principalmente pgs. 9 a 18).

Bibliografia complementar

BARATA SALGUEIRO, Teresa (1999) – "Ainda em torno da fragmentação do espaço urbano", in *INFORGEO*, Espaços Urbanos, nº 14, pp. 65-76.

ESPING-ANDERSEN, G. (1990) – *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Polity Press, Cambridge.

MALHEIROS, J. (2002) – "Ethni-cities: Residential Patterns in the Northern European and Mediterranean Metropolises – Implications for Policy Design" in *International Journal of Population Geography*, vol.8, n.2, pp. 107-134.

VILLAVARDE CABRAL, M. (1998) – "Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal", in *Análise Social*, nº 146-147, pp. 381-414.

Perspectivas e Conceitos-chave

- Sistema social, estrutura de classes e mobilidade social;
- Grupo étnico, racismo e discriminação;
- Patriarcado e desigualdade de género;
- Características fundamentais da produção e organização do espaço urbano em contexto fordista-keynesiano;
- Características fundamentais da produção e organização do espaço urbano em contexto pós-fordista;
- Fragmentação social e fragmentação do espaço das metrópoles;
- Totalização do espaço das metrópoles;
- Segregação sócio-espacial;
- Gueto, Gueto "Negro", Gueto "Irlandês" e Gueto "dos pobres";
- Tipologias de áreas residenciais "étnicas" segundo Van Amersfoort e segundo Johnston, 2001;
- Marginalização e Exclusão social;
- Pobreza, pobreza relativa, pobreza absoluta;

- Coesão Social;
- Índices de Segregação e Dissimilaridade;
- Índices de pobreza monetária, pobreza subjectiva e pobreza segundo as condições de vida.

Competências a adquirir

- Compreender como as desigualdades sociais em termos de classe, género e pertença étnica se articulam com os processos espaciais e se materializam no território;
- Compreender o modo como os processos económicos, sociais e políticos que configuram o regime de acumulação fordista e o modo de regulação keynesiano se manifestam ao nível da produção social da cidade, designadamente através de processos como a segregação sócio-espacial;
- Compreender o conteúdo de processos espaciais contemporâneos como a fragmentação e a totalização e identificá-los no território;
- Compreender e discutir os efeitos do neoliberalismo e do pós-fordismo sobre a pobreza, a exclusão social e as desigualdades sociais e sócio-espaciais;
- Discutir criticamente os processos de segregação residencial de base social e étnica, nomeadamente motivos, vantagens e desvantagens;
- Distinguir e identificar as formações sócio-espaciais associadas ao pós-fordismo;
- Construir e interpretar índices de segregação e dissimilaridade;
- Construir e interpretar índices de pobreza de tipo diverso.

5.3. Espaços Residenciais e Espaço Público (ponto 2.3 do Bloco I do Programa Sintético da UC – ver página 24)

O último bloco deste ponto do programa pretende efectuar uma leitura específica dos espaços de reprodução, nomeadamente os **espaços residenciais** – através da questão da habitação - e o **espaço público**.

Relativamente à questão dos **espaços residenciais**, a abordagem inicia-se pelas questões do solo urbano. Propõe-se uma distinção entre solo “natural”, solo agrícola e solo urbano e urbanizável. Especificam-se as características originais do recurso solo (“armazenagem” barata, insubstituibilidade, incapacidade de reprodução) e descreve-se o processo de conversão de solo agrícola em solo urbano e das expectativas que vários agentes associam a este processo. A questão da necessidade de regulação do mercado de solos para evitar a especulação (actuação de um agente sobre o mercado imobiliário com o intuito de artificialmente e de modo deliberado, fazer subir os preços das propriedades) e garantir alguma equidade social no acesso a um recurso urbano escasso e fundamental, como é o solo. As teorias do valor do solo, da perspectiva neo-clássica de Ratcliff, aprofundada por Wendt em 1956 até aos modelos de comportamento das famílias, como o de Alonso (1964), são apresentadas aos estudantes. Alguns mecanismos de combate à especulação (“nacionalização” de solos, activação de processos de expropriação, imposição de taxas sobre as propriedades “expectantes”, regulação dos usos do solo urbano através de planos...) são igualmente apresentados e discutidos com os alunos, com intuito de perceber a sua pertinência no quadro da sociedade actual e a sua eficácia efectiva.

Uma vez verificado que a função habitacional é a principal consumidora de solo urbano, discute-se a segmentação do mercado habitacional (para venda, para arrendamento e mesmo informal) e abordam-se as tendências das políticas públicas de habitação desenvolvidas ao longo do século XX nos países da Europa Ocidental, considerando três grandes fases, na esteira de Serra (2002):

- i) Um período de intervenções minimalistas, que aparece associado às primeiras fases de industrialização, sobretudo na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, e que envolve a produção de alguma habitação operária (e.g. vilas) por parte do patronato industrial associada a uma acção pública que se centra nas infra-estruturas (arruamentos, iluminação, abastecimento de água...) e num esforço limitado de gestão dos solos urbanos;
- ii) Um período de forte incremento do intervencionismo público, que ocorre entre o pós-2ª Guerra Mundial e os anos 70 do século XX, em que o Estado assume um papel directo e relevante na oferta de habitação (lógica produtivista) e no planeamento urbano (expropriação e municipalização de solos, elaboração de planos de urbanização mais rígidos, planificação da expansão suburbana), no quadro das políticas públicas associadas à expansão do Welfare State nos anos 50 e 60;
- iii) Um período marcado por tendências para o desinvestimento público no sector da habitação, com redução da produção directa (*ajuda à pedra*), desenvolvimento de esquemas de apoio à habitação dos jovens e dos mais desfavorecidos (*ajuda à pessoa*) e alienação do parque habitacional público. Nesta fase, promove-se claramente a “promoção para compra” em detrimento do arrendamento, que aparece associada ao forte incremento da mercadorização do sector habitacional, onde o crédito bancário emerge como um instrumento essencial, traduzindo uma associação clara entre o capital financeiro e o imobiliário, com crescente refoço do primeiro no contexto do sector habitacional.

Para além deste enquadramento histórico, tipificam-se os tipos de política de habitação dos países desenvolvidos no quadro dos principais regimes de Estado-providência (Esping-Andersen, 1990; Arbaci, 2002) e procede-se à distinção entre países que possuem um mercado habitacional dualista (a oferta do sector público não concorre com a do sector privado e destina-se,

exclusivamente, à população que não consegue adquirir casa de outro modo) e um mercado habitacional unitário (sectores público e privado destinam-se, em larga medida, ao mesmo público, que inclui as classes médias).

Aborda-se ainda a evolução das intervenções públicas no sector da habitação em Portugal, desde os intentos iniciais dos “bairros sociais” da 1ª República, como o do Arco do Cego em Lisboa, até aos programas de realojamento mais recentes como o PER (1993) e o PER-famílias (1996), destinados a erradicar as barracas das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto até ao final da primeira década do século XX. São feitas referências aos primeiros programas habitacionais do Estado Novo, como o *Programa Casas Económicas* (moradias unifamiliares com quintal em regime de propriedade resolúvel destinadas essencialmente a funcionários públicos ou membros dos “sindicatos nacionais”), lançado pelo Decreto-Lei nº 23 052, em 1933, ou o *Programa de Casas de Renda Económica*, que surge em 1945 e é tutelado pelo Decreto-Lei nº 2007 (Silva, 1994).

Na segunda metade dos anos 50, ocorrem reformas nas estratégias de promoção pública de habitação que apontam para uma produção mais massificada e concentrada nas grandes áreas urbanas, com destaque inicial para as cidades do Porto e de Lisboa³⁸, processo que se pode relacionar com a crescente pressão demográfica resultante do incremento das migrações internas no quadro das lógicas de desenvolvimento industrial e urbano do pós-2ª Guerra Mundial, que aparecem associadas à concentração de importantes investimentos na Área Metropolitana de Lisboa.

Contudo, é já no final dos anos 60, com a criação do Fundo de Fomento de Habitação (FFH) em 1969, que se opera uma modificação relevante no sentido da criação de uma efectiva política de habitação em Portugal. Neste novo quadro, opera-se a centralização e a organização das políticas de alojamento num único organismo (o FFH), procurando-se concertar toda a acção pública neste sector, para além de se explicitarem intenções relativamente à execução

³⁸ A materialização desta política assenta no *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto* de 1956 (DL nº 40 616) e no *Plano de Construção de Novas Habitações na Cidade de Lisboa* de 1959 (DL 42 454), que enquadra a expansão dos bairros residenciais da área oriental da cidade, nomeadamente Olivais e Chelas.

de programas de habitação grande dimensão, sobretudo nas áreas metropolitanas.

Já no contexto democrático, destacam-se, no período 1974-1976, o esforço de diversificar as respostas no âmbito do sector habitacional (condicionamento dos aumentos das rendas, implementação de programas de apoio a cooperativas de habitação e à recuperação de imóveis degradados, criação dos Contratos de Desenvolvimento da Habitação destinados a apoiar a construção de casa de renda limitada) e a iniciativa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local). Este último processo, formalizado em Agosto de 1974 por despacho conjunto do Ministério da Administração Interna e da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, radicou na necessidade de se intervir ao nível da recuperação dos bairros degradados, com destaque para os situados nas duas áreas metropolitanas. As intervenções SAAL procuraram associar a competência técnica existente na administração aos recursos e anseios dos moradores, pretendendo incorporar precocemente princípios como o trabalho em parceria (administração central, municípios, comissões de moradores), o direito ao realojamento *in situ* ou o trabalho com os moradores aproveitando as ideias e os recursos destes, numa lógica que talvez hoje fosse designada como subsidiariedade³⁹.

Dos elementos de política de habitação desenvolvidos ao longo dos últimos 30 anos, refere-se o processo de desinvestimento ocorrido a partir de finais dos anos 70, que aparece associado à extinção do FFH em 1982 e à criação do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e do Instituto Nacional da Habitação (INH) em 1984. Ao longo dos anos 80 e inícios dos anos 90, a política habitacional foi caracterizada pela alienação do património habitacional público ou pela sua transferência para as autarquias, progressivamente assumidas como as responsáveis pelo desenvolvimento da política de habitação. Todo este período foi marcado por uma lógica política centrada no estímulo à casa própria, para a qual foram destinadas a maioria das verbas públicas afectas ao sector habitacional, designadamente através da bonificação de juros e das isenções fiscais.

³⁹ Para se obterem mais conhecimentos sobre a iniciativa SAAL, poderão ser consultados os artigos “O processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local”, de Nuno Portas e “A promoção habitacional e o 25 de Abril”, de Teresa Barata Salgueiro, publicados na *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, Coimbra, respectivamente páginas 635-644 e 673-691.

Concomitantemente, foram reduzidos os estímulos às cooperativas de habitação e procedeu-se à liberalização progressiva dos custos dos arrendamentos. Note-se, contudo, que o mercado de arrendamento sofreu um decréscimo significativo nas décadas de 80 e 90 devido aos estímulos dados ao mercado imobiliário para venda, ao imobilismo do mercado de arrendamento barato (assente nas “velhas” rendas congeladas) e aos preços muito elevados dos novos arrendamentos.

Relativamente aos anos 90, dá-se destaque ao reforço da construção pública para realojamento no âmbito do Programa Especial de Realojamento (DL n.º 163/93 de 7 de Maio), tanto na sua forma clássica, como na forma PER-famílias (DL n.º 79/1996, de 20 de Julho) que possibilita o realojamento das famílias através da aquisição apoiada de uma habitação no mercado privado, desde que sejam respeitados determinados tectos relativos aos custos das várias tipologias habitacionais).

Discute-se ainda com os alunos o processo de aparecimento e desenvolvimento de bairros clandestinos na Área Metropolitana de Lisboa, bem como os problemas que lhe estão associados, com destaque para os défices de infra-estruturação e de equipamentos, algumas localizações em áreas de risco e os litígios de natureza jurídica. Neste âmbito, são introduzidas as questões de reconversão e legalização de bairros clandestinos, nomeadamente o seu levantamento e enquadramento pela Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, que estabelece o processo de reconversão dos antigos clandestinos que passam a ser classificados como Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI).

Quanto ao **espaço público**, trata-se de uma temática em recuperação nos últimos anos, quer nas intervenções na cidade, quer no ensino do Urbanismo e da Geografia Urbana (ver p.e. programa de geografia social urbana, leccionada por Roman Cybriwsky, no *Department of Geography and Urban Studies* da *Temple University of Philadelphia*), uma vez que se reconhece a importância deste enquanto território de partilha, apropriado colectivamente e capaz de proporcionar os mecanismos de interacção (inter-social, inter-etário...) que sempre caracterizaram o meio urbano. Dar vida às cidades tem passado, cada vez mais, por requalificar o espaço público, melhorando a

componente física e introduzindo actividades e animação, de forma a evitar processos de degradação e abandono.

Para além de se discutir uma definição de espaço público assente no cruzamento entre propriedade (pública vs. privada) e uso (público ou privado), trabalha-se uma tipologia de espaços públicos urbanos apresentada por Brandão Alves (2003).

A função do espaço público, enquanto gerador de relações sociais, é igualmente debatida, assim como o modo como diferentes funções (lugar de encontro e intercâmbio de informação, lugar de troca – comércio, lugar de circulação) foram evoluindo no tempo. As ameaças à qualidade do espaço público e os efeitos negativos decorrentes da degradação deste (exclusão dos que não têm automóvel nas cidades “rendidas” a este meio de transporte, agravamento dos problemas de saúde em virtude da redução dos “passeios a pé”, estreiteza dos contactos sociais) são outros elementos a discutir com os estudantes (Gehl e Gemzoe, 2002). Este ponto termina com uma discussão sobre o conteúdo e as consequências sociais de intervenções recentes no espaço público urbano.

Ainda no domínio dos usos do Espaço Público, recorre-se a uma tipologia desenvolvida por Gehl que permite classificar as actividades que a população nele desenvolve e que inclui:

- **Actividades de necessidade:** aquelas que ocorrem de forma mais ou menos obrigatória
- **Actividades opcionais:** correspondem a actividades desejadas
- **Actividades sociais/resultantes:** correspondem a actividades que decorrem da presença dos outros; são em larga medida consequência das outras duas categorias.

Note-se que esta tipologia não é apenas relevante em si mesma, uma vez que permite também relacionar o modo como a qualidade do espaço público influencia o tipo e a intensidade das actividades que nele se realizam. Efectivamente, nos espaços públicos onde dominam as actividades de carácter

opcional (passear, praticar actividades de lazer como a leitura ou a corrida, etc.), uma má qualidade daqueles tem um impacto bastante significativo sobre os níveis de uso, o que implica que, nestes casos, a planificação seja bastante cuidada.

Relação entre tipo de actividades praticadas no espaço público e a qualidade do "ambiente"

	Quality of the physical enviroment	
	Poor	Good
Necessary activities	●	●
Optional activities	●	●
"Resultant" activities (Social activities)	●	●

Fonte: Gehl, J. (1987), *Life Between Buildings*. Van Nostrand Reinhold, Nova Iorque.



Importância crescente do sector privado no espaço público (Tenerife)

A questão da produção do espaço público enquanto resultado do jogo entre interesses públicos e privados é também objecto de discussão com os estudantes, permitindo avançar para o debate de questões como o processo de privatização de determinados espaços outrora associados à “esfera pública”, como as praças e pátios de natureza comercial incorporadas em *shopping centres* ou os arruamentos, jardins e largos dos condomínios.

Estratégias Educativas

Trata-se de um capítulo relativamente curto do programa que assume, deliberadamente, um carácter introdutório relativamente às dinâmicas de produção e apropriação das duas categorias de espaço urbano (o espaço residencial e o espaço público) que, no nosso entender, melhor expressam os modos de organização social da cidade. Como são temáticas que deixam um vasto campo para o aprofundamento e o debate crítico em fases de especialização mais avançada, por exemplo em contexto de formação pós-graduada no domínio dos Estudos Urbanos ou do Planeamento do Território, a abordagem efectuada ao nível do 1º Ciclo destina-se apenas a apresentar conceitos, explicitar os processos básicos e reflectir sumariamente sobre o caso das metrópoles portuguesas.

Tendo em atenção estes desideratos, as estratégias educativas incluem uma sessão expositiva destinada a desenvolver conceitos e a discutir problemáticas como a privatização do espaço público e os processos de degradação e recuperação destes. Uma outra sessão pretende didatizar e exemplificar os processos e conceitos já abordados, assentando num “percurso comentado e discutido” através de espaços públicos de Lisboa e de outras cidades que apresentam características e problemas diversos, com recurso a um “slide show” com uma selecção de fotos.

Bibliografia básica de apoio:

BALCHIN, P. (ed.) (1996) – *Housing Policy in Europe*. Routledge, Londres. (principalmente pgs. 1-24).

BRANDÃO ALVES, F. M. (2003) – *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica*. Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação Para a Ciência e Tecnologia, Lisboa.

SERDOURA, F. M.; NUNES da SILVA, F. (2006) - Espaço Público. Lugar de Vida Urbana. *Engenharia Civil*, nº 27.

GEHL, J. E GEMZOE, L. (2002) – *Novos Espaços Urbanos*. Editorial Gustavo Gili, Barcelona, (principalmente pp. 9-21).

SERRA, N. (2002) - *Estado, Território e Estratégias de Habitação*. Quarteto Editora, Coimbra.

Bibliografia complementar

COELHO, A.B. (2000) - "Qualidade do Espaço Público e da Imagem Urbana" *in Urbanismo*, n.9, Primavera de 2000.

DIAS, J. (1994) – "Tendências das Políticas Europeias Quanto aos Modelos de Habitação Social"; *in Sociedade e Território*, Edições Afrontamento, nº 20.

IHRU (2008) – *Plano Estratégico de Habitação 2008-2013*. Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, Lisboa.

SILVA, Carlos (1994) – "Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX". *Análise Social*, XXIX (127), pp. 655-676.

Articulação global do BLOCO I do Programa – estratégias educativas opcionais complementares

Com o intuito de articular a totalidade do Bloco I do Programa, pode recorrer-se a estratégias educativas que incluem o visionamento de filmes sobre problemas sociais (exclusão, racismo, conflito) associados a bairros residenciais (e.g. *Zona J* de Leonel Vieira ou *O Ódio*, de Matthieu Kassowitz), seguidos de debate, com o objectivo de articular a ficção cinematográfica com os conceitos e os processos apreendidos em aula.

5.4. Exemplos de programas e acções de intervenção em áreas problemáticas das cidades portuguesas (Bloco II do Programa Sintético da Unidade Curricular – ver página 25)

Trata-se da segunda parte da disciplina e corresponde à sua vertente aplicada. É sobretudo aqui que se pretende dar voz aos alunos, incentivando-os a explorar intervenções específicas que consubstanciem casos-de-estudo válidos, e procedendo, a partir destes, à interpretação dos princípios e dos conteúdos dos programas urbanísticos que lhes servem de base.

Nas aulas expositivas incluídas na segunda parte da disciplina estabelecer-se-á o contraponto entre os princípios do planeamento urbano modernista e os princípios do planeamento urbano contemporâneo. Para tal recorrer-se-á, essencialmente, a textos de Barata Salgueiro e ao trabalho de Sandercock, já mencionado neste Programa. Em termos concretos, a comparação será balizada pelos seguintes elementos:

A) PILARES DO PLANEAMENTO MODERNISTA (carácter funcional e racionalista)

Princípios da Carta de Atenas (1941)

1. Base igualitária
2. Racionalismo e metáfora “da máquina”
3. Redefinição das funções sociais das organizações urbanas
4. tipologias de edifícios e de regras de planeamento como instrumentos de mudança social
5. Descontextualização e determinismo ambiental
6. Confiança nas entidades públicas em matéria de planeamento
7. Técnicas de “choque”
8. Confluência de artes, política e vida quotidiana

In Sandercock (1998), p. 23

Intervenção racional direccionada para as funções essenciais: habitação, trabalho, lazer e tráfego)

Pilares do Planeamento (Modelo de Perloff, 1957 – Chicago)

1. Planeamento urbano e regional tem como objectivo tornar as decisões públicas/políticas mais racionais.
2. O planeamento deve ser abrangente – refere-se a perspectivas multifuncionais e multisectoriais dos planos territoriais (intersecção das componentes sociais, económicas, ambientais e físicas).
3. Planeamento é uma ciência e uma arte. Obriga ao domínio de vários instrumentos e técnicas.
4. O planeamento é parte do projecto de modernização – insere-se numa lógica de construção do futuro, conferindo um importante papel ao Estado, enquanto actor possuidor de características reformistas e progressistas.
5. O planeamento insere-se no quadro do interesse público.

Modificações recentes que tornam a perspectiva de planeamento modernista menos pertinente:

- a) Dinâmica dos rápidos processos de transformação sócio-cultural urbana;
- b) Exigência de maior participação e protagonismo por parte dos cidadãos (governância)
- c) Crítica aos pressupostos científicos do modernismo.
- d) Crítica a um planeamento que se preocupou pouco com os valores históricos e culturais.
- e) Processos de reestruturação económica de globalização

B) “PRÍNCIPIOS” DO PLANEAMENTO PÓS-MODERNO

1. Lógica da relação racional meios-fins tem uma utilidade cada vez mais limitada e que deve ser fortemente complementada com elementos de *sabedoria prática*;
2. Planeamento assume, cada vez menos, uma lógica abrangente e integrada (multi-sectorial e multifuncional) e, cada vez mais, uma lógica dirigida, política e “de negociação”. Deve ser menos *document-oriented* e mais *people-oriented*;
3. O planeamento deve incorporar, não só elementos provenientes das fontes clássicas (dados estatísticos, mapas, etc.), mas também informação qualitativa (proveniente de entrevistas, de sessões de discussão colectiva do tipo *focus group*...) e alternativa (elementos visuais associados aos *graffiti*, aos vídeos, às práticas das populações, etc...);
4. O planeamento deve ser menos centrado na administração e nos processos *top-down*, baseando-se, na medida do possível, nas exigências e nas práticas das comunidades, fomentando processos de governância e de *empowerment*;
5. O planeamento deve incorporar as noções de diversidade e diferença, o que implica o reconhecimento da existência de múltiplos públicos que requerem práticas diferenciadas, em termos geracionais, étnicos, de género...

Baseado em Sandercock, 1998: 30.

A última sessão funcionará como introdução aos programas concretos (PER, URBAN, Proqual, Bairros Críticos...) que serão desenvolvidos, de forma aplicada, nos trabalhos dos alunos e no contacto com as intervenções visitadas durante a excursão didáctica da disciplina.

Estratégias Educativas

Para além de duas sessões expositivas e de uma sessão que pretende promover o debate, esta segunda parte do Programa assenta no desenvolvimento de um trabalho de grupo por parte dos alunos.

Este trabalho centrar-se-á, necessariamente, sobre uma área urbana, preferencialmente de uma grande metrópole, excepcionalmente de uma cidade média, desde que os alunos consigam justificar a pertinência da sua proposta, que revele e problemas sócio-urbanísticos e que esteja a ser sujeita (ou tenha sido sujeita) a um processo de intervenção. Neste âmbito, os alunos têm toda a liberdade para escolher a área urbana que entenderem e para orientarem o trabalho como desejarem, respeitando apenas duas linhas de orientação – identificação do tipo de problemáticas existente no espaço em análise e discussão do tipo de respostas que estão em curso.

O produto físico do trabalho não corresponde a um relatório, mas sim a uma apresentação (e a todos os materiais que a acompanham) e a um plano de trabalho simplificado, discutido previamente com o docente. Para a apresentação, os alunos podem recorrer a todos os recursos pedagógicos (vídeo, apresentação em *power point*, cartazes...) que julgarem pertinentes.

Os critérios de avaliação da apresentação+plano correspondem a:

- i) Identificação das problemáticas-chave e dos conceitos fundamentais para as abordar;
- ii) Coerência na estrutura do plano e na exposição;
- iii) Qualidade e pertinência da metodologia utilizada para tratar o problema;
- iv) Verificação de erros técnicos de abordagem das questões;
- v) Capacidade de transmissão da mensagem, tendo em consideração a exposição oral e os materiais que a suportam.

A visita de estudo possui uma função tripla:

- i) Ilustrar com observação de terreno, tecnicamente orientada, os processos analisados em aula;
- ii) Promover a interacção entre docentes, discentes e técnicos de diferentes áreas disciplinares, com experiência em intervenções sócio-urbanísticas concretas;
- iii) Contribuir para o processo de abertura da Universidade ao exterior, gerando eventuais sinergias que possam, à posteriori, ter efeitos multiplicativos (em termos de projectos de investigação, estágios para alunos, prestação de serviços...).

A visita será efectuada de autocarro e terá, em princípio, a duração de um dia, centrando-se num concelho da AML que possua intervenções sócio-urbanísticas de tipo multifacetado, que pretendem responder a diferentes problemáticas. Sintra e o Seixal constituem casos-de-estudo com forte potencial, uma vez que no seu território podemos encontrar intervenções de realojamento de tipo diverso (PER e outras), a implementação de uma intervenção POLIS no caso do Cacém (concelho de Sintra), uma larga experiência de actuação em bairros clandestinos, sobretudo no caso do município do Seixal, e um conjunto de medidas direccionadas para a reabilitação e revitalização de património histórico e histórico-ambiental.

A visita de estudo, previamente preparada entre o docente e técnicos autárquicos, é precedida de uma reunião com os alunos que, para além de esclarecer o percurso e os conteúdos, terá como objectivo a identificação de um conjunto de perguntas relevantes sobre os processos de intervenção, que serão colocadas aos vários técnicos da autarquia. Após a visita, será efectuada uma sessão em aula, em que os alunos identificarão as respostas para as perguntas que prepararam, que serão posteriormente sintetizadas em fichas e disponibilizadas para toda a turma.

Bibliografia básica de apoio:

SANDERCOCK, L. (1998) – *Towards Cosmopolis*, Wiley, Chichester, UK. (principalmente, capítulos 1 e 8).

BARATA SALGUEIRO, Teresa (1998) - *Globalização e Reestruturação Urbana*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Área de Investigação de Geografia Regional (principalmente, último capítulo).

OECD (2001) - *Cities for Citizens - Improving Metropolitan Governance*. Paris, OCDE.

Documentação básica de apoio

- i) *Legislação de enquadramento:*

- Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) – Lei n.º 91/95 de 2 de Setembro e alterações subsequentes, designadamente Lei n.º 165/99 de 14 de Setembro, Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto e Lei n.º 10/2008 de 20 de Fevereiro.
- Programa Especial de Realojamento (PER e PER-Famílias) - DL n.º 163/93 de 7 de Maio e DL n.º 76/96 de 20 de Junho.
- Programa PROHABITA – DL n.º 135/2004 de 3 de Junho e alterações subsequentes.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 145/2005 que criou a Iniciativa Bairros Críticos.

- ii) *Outros documentos:*

- Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões sobre Desenvolvimento Sustentável na União Europeia: um quadro de acção (COM(1998) 605).
- Comunicação da Comissão aos Estados-membros sobre o Programa Comunitário URBAN II (C(2000) 1100- P).
- DGOTDU (2001) - *Ambiente Urbano em Portugal*. Projectos-referência. DGOTDU, Lisboa.

6. Plano de avaliação e elementos a entregar pelos alunos

Pretende-se que a presente disciplina possua uma avaliação composta por elementos diversificados, que possibilitem aos vários alunos desenvolver o tipo de respostas que preferem e para as quais se consideram melhor preparados. Atendendo ao carácter semestral da disciplina, propõe-se uma avaliação centrada em três momentos, conforme apresentado abaixo

AVALIAÇÃO

- 1 trabalho individual desenvolvido em casa, centrado numa temática ou na análise de um texto constantes de uma lista que será fornecida aos alunos (30%);
- 1 apresentação oral efectuada em grupo sobre uma área urbana problemática sujeita a um processo de intervenção. Serão avaliados, quer a apresentação, quer os materiais de suporte, quer o plano simplificado de trabalho previamente discutido com o docente (30%);
- 1 teste, preferencialmente efectuada em duas chamadas alternativas, (30%).

Os 10% restantes correspondem à apreciação do docente relativamente à participação do aluno nas leituras e debates desenvolvidos em aula e no processo de construção e reflexão associado à visita de estudo.

Tendo em consideração o carácter articulado do Bloco I do Programa, de alguma forma centrado na exploração e no debate de conteúdos, propõe-se que o primeiro elemento de avaliação a ser entregue corresponda a um pequeno texto individual (máximo de quatro-cinco páginas), elaborado fora do contexto da sala de aula. Este texto deve consistir numa breve reflexão crítica situada no âmbito dos temas tratados neste a bloco da uc, tendo os alunos de optar pelas hipóteses incluídas numa lista fornecida pelo docente (ver exemplo em caixa), que inclui, também, uma ou duas referências bibliográficas exploratórias para cada tema.

EXEMPLOS DE TEMAS PARA O TRABALHO DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL

A - No contexto das metrópoles ocidentais, a cidade segregada do ponto de vista social e étnico tende a desaparecer. O modelo do futuro corresponderá a uma cidade de tipo fragmentado.

Desenvolva uma breve reflexão crítica a partir das ideias contidas na frase expressa acima.

B - "...foram a suburbanização e a desconcentração da população e da indústria (mais do que a auto-ajuda) implícitas na concepção modernista de Wright que se tornariam elementos primordiais no estímulo à procura efectiva pelos produtos de Ford, durante o longo período de expansão económica do pós-guerra."

D. Harvey (1989) - *The Condition of Postmodernity*, p.127.

A partir desta frase, desenvolva uma breve reflexão sobre o papel da suburbanização no processo de desenvolvimento das cidades dos países desenvolvidos da América do Norte e da Europa Central e do Norte, durante as décadas de 50 e 60.

C - Discuta as eventuais diferenças entre os padrões de organização sócio-espacial das cidades da Europa do Norte e da Europa do Sul.

D - Nas zonas centrais das metrópoles tende a registar-se uma sobre-representação de população feminina e das famílias constituídas por um único elemento.

Discuta esta questão, tendo em conta os motivos que estão na sua base, as implicações positivas e negativas dela decorrentes e eventuais medidas correctoras (se entender que se justificam).

E - "Estes últimos decénios viram aparecer novas formas de pobreza nas sociedades desenvolvidas, paralelamente a um agravamento generalizado das desigualdades..."
González *et al.* - *Desigualdades y Nueva Pobreza en el Mundo Desarrollado*, p.7.

- "Os riscos de se cair em formas de pobreza crónica estão concentrados nas cidades..."
Mingione, E. - *Urban Poverty and the Underclass*, pp.13.

Tendo em consideração estas frases, desenvolva um comentário sobre a questão da pobreza urbana nas cidades dos países desenvolvidos.

A avaliação inclui ainda uma apresentação relativa à problemática de uma área urbana crítica, que terá de ser preparada e realizada em grupo, pretendo-se estimular os processos de trabalho em equipa, designadamente as estratégias de complementaridade nas pesquisas, a investigação de terreno e o debate colectivo.

O último elemento de avaliação corresponde a um teste individual, incluindo-se abaixo um semi-exemplar da estrutura e dos conteúdos.

(exemplar ilustrativo do tipo de estrutura e conteúdos de um teste)

AMBIENTE SOCIAL URBANO
Exercício escrito individual - ___/___/_____
Departamento de Geografia FLUL/IGOT

Jorge Malheiros

BLOCO A - Responda sucintamente (máximo de 12 linhas) às seguintes questões *(um teste comportará entre 5 e 6 questões curtas - por vezes com alíneas - com um peso global entre 6,5 e 8 valores em 20):*

1. Em sua opinião, entre o início dos anos 50 e os anos 70, as maiores metrópoles europeias tiveram comportamentos demográficos marcados por uma convergência geral ou por algumas diferenças? Justifique em breves palavras.

2.a) Calcule os índices de segregação e o índice de dissimilaridade dos grupos étnicos identificados no quadro seguinte.

Grupos populacionais Áreas dos censos	Pop. Residente (total)	Brasileiros	Filipinos
X7	10000	150	575
X11	20500	750	25
Z1	30000	200	200
TOTAL	60500	1100	800

2.b) Comente, sucintamente, os resultados obtidos.

3. Para diversos autores, o conceito de marginalidades aparece dotado de características multidimensionais. Explique sucintamente o que isto significa.

(...)

BLOCO B - Das quatro hipóteses de resposta indicadas para cada questão, escolha apenas a que lhe parece mais correcta *(um teste comportará entre 10 e 12 questões de escolha múltipla, com um peso de 0,5 valores em 20, cada uma):*

7. Na segunda metade do século XIX, as taxas de mortalidade infantil na maioria das grandes cidades europeias eram:

- a) Muito elevadas e idênticas às dos países em que estavam inseridas____
- b) Bastante elevadas e muitas vezes superiores às dos países em que estavam inseridas____
- c) Bastante elevadas e excepcionalmente superiores às dos países em que estavam inseridas____
- d) Muito elevadas por causa da peste negra____

8. Ao afirmar que o índice de dissimilaridade entre turcos e belgas em Bruxelas é de 52,5% quero dizer que:

- a) Se trata dos grupos étnicos mais segregados da cidade____
- b) Apenas 52,5% dos belgas de Bruxelas residem em bairros onde estão instalados turcos____
- c) O grau de dissemelhança entre as distribuições residenciais de belgas e turcos é de 52,5%____
- d) 52,5% dos belgas e dos turcos de Bruxelas residem em áreas segregadas____

9. Uma AUGI refere-se a:

- a) Um bairro com génese num loteamento clandestino____
- b) Um bairro de barracas____
- c) Uma associação de utentes e gestores de infra-estruturas____
- d) Um bairro com génese num loteamento clandestino entretanto legalizado____

10. Uma definição para pobreza absoluta poderia ser:

- a) famílias que não possuem o mínimo necessário para a sua subsistência biológica____
- b) famílias que apesar de não possuírem o mínimo necessário para sua subsistência biológica, podem adquirir alguns bens junto de organizações internacionais____
- c) famílias que se situam abaixo dos limiares de referência sociais e económicos definidos como aceitáveis na sociedade em que estão integradas____
- d) famílias cujo "chefe de família" está desempregado____

(...)

BLOCO C - Escolha apenas uma das questões incluídas neste grupo e responda de uma forma mais desenvolvida (máximo 1 página).

(o teste comportará duas questões de desenvolvimento alternativas, podendo os alunos optar por uma delas – esta questão tem um peso entre 6 e 7 valores em 20).

15) Nos últimos anos tem-se assistido a um processo de revalorização do espaço público urbano das grandes cidades europeias. Discuta esta questão, tendo em conta as funções do espaço público e o tipo de intervenções realizadas (utilize exemplos da visita de estudo ao Seixal).

(...)

Fórmulas de apoio

ÍNDICE DE SEGREGAÇÃO

$$SI = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^n |x_i - y_i| * 100$$

ÍNDICE DE DISSIMILARIDADE

$$DI = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^n |x_i - z_i| * 100$$

Com o intuito de obter o *feed-back* dos alunos relativamente ao modo com a disciplina decorreu, nas suas diversas vertentes (conteúdo, métodos, actuação do docente e do discente), solicita-se o preenchimento de uma ficha anónima (ver exemplo abaixo), inspirada em outras já utilizadas nalgumas disciplinas do Curso de geografia da FLUL. Esta ficha, cujos resultados serão partilhados com os alunos, tem como objectivo orientar a actuação do docente (que pode, eventualmente, corrigir determinados aspectos da disciplina nos anos subsequentes) e envolver os alunos no processo de construção das suas cadeiras. Naturalmente, o preenchimento da ficha não dispensa um debate, a decorrer em sala de aula após a conclusão das aulas e a atribuição das notas finais, com o objectivo de se reflectir conjuntamente sobre os resultados obtidos com a disciplina, naquele ano lectivo.

AMBIENTE SOCIAL URBANO – FICHA DE AVALIAÇÃO DA CADEIRA

Conteúdo

Nível de acordo com a frase
Pouco Muito

	1	2	3	4	5
A distribuição do tempo pelas várias matérias foi equilibrada					
Achei que o programa tinha matéria em excesso					
Os conceitos são acessíveis					
Os temas tratados foram por mim compreendidos					
Havia demasiados alunos na sala					
Classifique o nível da cadeira					

2. Organização e Métodos

	1	2	3	4	5
As aulas são demasiado compridas					
Foi dada demasiada matéria nas aulas					
Os meios utilizados facilitaram a compreensão das matérias					
A documentação disponibilizada foi útil para acompanhar as aulas (fotocópias colocadas na pasta)					
Deveria existir um caderno de textos e de outros materiais de apoio nesta cadeira					
A bibliografia indicada foi suficiente e pertinente					
A componente prática foi pouco desenvolvida, nomeadamente a que envolvia processos de cálculo estatístico					
Gostava de fazer mais exercícios aplicados que envolvessem cálculo estatístico					
As sessões de acompanhamento do trabalho de grupo foram úteis					
Gostei da estrutura do trabalho de grupo (análise de um espaço urbano “problemático”, identificação de problemas e plano de intervenção acompanhado por apresentação)					
Deveria ser reservado mais tempo para as apresentações dos trabalhos de grupo					
Gostei de fazer o trabalho de grupo					
Gostei de fazer o trabalho individual - elaboração de um pequeno texto/comentário sobre um tema da disciplina					
Não consegui tirar dúvidas					
Foi importante termos efectuado uma visita de estudo (Sintra)					
Houve um número equilibrado de elementos de avaliação					
O peso dos elementos de avaliação para a nota final foi equilibrado					

3. Actuação do Docente

	1	2	3	4	5
Foi claro nas exposições					
Estimulou a participação dos estudantes					
O ritmo de exposição foi demasiado rápido					
Ajudou os estudantes no processo de aprendizagem					
A correcção dos elementos de avaliação foi muito demorada					
As aulas foram maçadoras					
A avaliação foi justa					
As aulas tinham início demasiado atrasadas					

4. Auto- análise

	1	2	3	4	5
Senti-me à vontade nas aulas					
Senti-me motivado para a cadeira					
Senti-me constrangido nas aulas					
Acho que as matérias me poderão vir a ser úteis					
Na preparação da cadeira os apontamentos das aulas foram úteis					
Na preparação da cadeira fiz leituras de bibliografia					
Aprendi com as apresentações					
Aprendi coisas novas					
Consolidei e aprofundei temas já abordados					
Adaptei-me bem aos elementos de avaliação					

5. Diga o que gostou mais nesta cadeira

6. Diga o que gostou menos nesta cadeira

7. Houve alguma matéria que gostasse de destacar?

8. A matéria que percebi pior foi _____

9. Se tiver outras críticas e sugestões...

Não assine a folha e coloque-a no cacifo de Jorge Malheiros.

Muito Obrigado!



IGOT



CEG

Com o apoio de:

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR